

**NUBIA DE SOUZA LEAL
MARCOS ROBERTO DANTAS DA SILVA
ROSECLÉIA PEREIRA SANTOS
ANTÔNIA JAQUELINE OLIVEIRA ROLIM
ROGÉRIO LEANDRO GEWINSKI**

**INCLUSÃO ESCOLAR DE PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN: OLHARES A
PARTIR DA ESCOLA**

**SORRISO
2016**

**INCLUSÃO ESCOLAR DE PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN: OLHARES A
PARTIR DA ESCOLA**

**SORRISO
2016**

**NUBIA DE SOUZA LEAL
MARCOS ROBERTO DANTAS DA SILVA
ROSECLÉIA PEREIRA SANTOS
ANTÔNIA JAQUELINE OLIVEIRA ROLIM
ROGÉRIO LEANDRO GEWINSKI**

**INCLUSÃO ESCOLAR DE PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN: OLHARES A
PARTIR DA ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Banca Examinadora do curso de Letras, da
Universidade do Estado de Mato Grosso –
UNEMAT- Núcleo Pedagógico de Sorriso/MT,
como requisito parcial para a obtenção do Título
de Licenciada em Letras.

Orientador: Prof. Me. Adil Antonio Alves de
Oliveira

**SORRISO
2016**

INCLUSÃO ESCOLAR DE PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN: OLHARES A PARTIR DA ESCOLA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora do curso de Letras, da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT- Núcleo Pedagógico de Sorriso/MT, como requisito parcial para a obtenção do Título de Licenciada em Letras.

Nubia de Souza Leal
Discente

Prof. Me. Adil Antonio Alves de Oliveira
Curso de Pedagogia / Orientador

Prof. Dr. Marion Machado Cunha
Curso de Pedagogia / Banca Examinadora

Profa. Ma. Jussara Cristina Maya Ceron
Curso de Pedagogia / Banca Examinadora

Profa. Ma. Helenice Joviano Roque Faria
Curso de Letras / Coordenadora de TCC

Prof. Dr. Genivaldo Rodrigues Sobrinho
Coordenador do Curso de Letras

Profa. Dra. Claudete Inês Sroczynski
Diretora da FAEL – Faculdade de Educação e Language

SORRISO
2016

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradecemos a Deus por essa conquista, pois sabemos que sem Ele não chegaríamos a lugar algum.

Agradeço ao meu orientador Adil Antônio Alves de Oliveira pela ajuda que me prestou no decorrer deste trabalho, muito obrigada por sua imensa dedicação!

Não poderia deixar de agradecer aos grandes mestres, que tive a honra de conhecer durante a minha estadia no curso de Letras da UNEMAT, graças a vocês pude adquirir bons conhecimentos que levarei para a vida toda.

Agradeço a Professora Helenice Joviano Roque Faria e a professora Juliana Freitag Schweikart pela ajuda que me prestaram com este trabalho.

Aos dois homens da minha vida, esposo Jefferson Rodriguês pela paciência, incentivo, força e apoio, e ao meu filhão Vinícius. Amo muito vocês meu amores!

Minha rainha mãe, muito obrigada por me ensinar os valores da vida, se hoje sou uma pessoa de bem, devo isso à senhora, pois sempre me instruiu no caminho em que deveria andar, nunca me abandonou, nem mesmo no momento mais difícil da sua vida. Amo muito a senhora. Amo também todos vocês meus irmãos, obrigada por tudo!

A minha irmã Martinha, pois antes de me ingressar no curso Superior sempre me incentivou e apostou na minha capacidade. Obrigada Jairo pela força que você me deu quando descreditaram de mim, nunca irei esquecer!

A minha querida sogra, sogro e cunhados, por me ajudarem de diversas maneiras, principalmente o cuidado com meu filho, muitíssimo obrigada!

Obrigada vô Aguinaldo e vó Lourdes, graças a ajuda de vocês pude me matricular na Universidade.

Não poderia jamais deixar de agradecer as minhas entrevistadas, vocês foram fundamentais para este trabalho.

A todos examinadores de banca, meus sinceros agradecimentos pela disponibilidade.

Obrigada aos amigos verdadeiros que sempre me desejaram o melhor e torceram pelo meu sucesso.

Aos colegas do curso, tanto da minha turma de Sorriso quanto de Sinop.

A todos meus irmãos em Cristo, que me ajudaram nesta batalha. Obrigada Pr. Augusto e família por tudo que vocês tens feito por mim e pela minha família!

Agradeço pelo apoio de todos vocês, que Deus continue vos abençoando grandemente!

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças" (Mantoan)

LEAL, Nubia de Souza. **Inclusão Escolar de Pessoas com Síndrome de Down: Olhares a Partir da Escola**. 2016. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT. Núcleo pedagógico de Sorriso/ MT.

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo analisar a educação inclusiva de alunos com Síndrome de Down a partir de uma escola de Sorriso. Este é resultado de estudos teóricos e entrevistas qualitativas semiestruturadas com profissionais de uma escola pública da cidade de Sorriso/MT. As entrevistadas foram: uma coordenadora pedagógica, duas professoras da Sala de Recursos Multifuncional, duas professoras da sala regular que ministram aulas para uma classe que contém uma aluna com Síndrome de Down no primeiro ano do Ensino Fundamental. E, por fim, uma entrevista com a assistente da aluna. Todas estes entrevistados trabalham na Escola Municipal Professora Ivete Lourdes Arenhardt. Por meio dos estudos analisaremos os diversos contextos da Educação Inclusiva, desde o período da exclusão até o momento presente. Os teóricos da Educação Inclusiva e Síndrome de Down foram utilizados para discutir o tema, Voivodic (2004), Schwartzman (2003), foram alguns deles. Discutimos também as Legislações que promoveram grandes mudanças na educação no contexto geral, mas tendo em foco a educação do Brasil. A educação inclusiva é algo que necessita do trabalho conjunto entre professores, família e escola. A estimulação é um ato muito importante que deve ser dada as crianças Downs, principalmente no ensino fundamental. É evidente que o apoio oferecido pelos governantes do país não é o suficiente para que a Inclusão de alunos com deficiência.

PALAVRAS-CHAVE: Síndrome de Down – Professor – Inclusão – Aluno

LEAL, Nubia de Souza. **School Inclusion of People with Down Syndrome: Looks from School**. 2016. 55 f. Course Completion Work. University of the State of Mato Grosso - UNEMAT. Pedagogical nucleus of Sorriso / MT.

ABSTRACT: The present work aims to analyze the Inclusive Education of students with Down Syndrome from the a school of Sorriso. This research is result of theoretical studies and semi-structured qualitative interviews with professionals from a public school in the city of Sorriso / MT. The interviewees were: a pedagogical coordinator, two teachers from the Multifunctional Resource Room, two regular classroom teachers who teach classes for a class where there is a Down Syndrome student in the first year of elementary school. And, finally, an interview with the student's assistant. All these interviewed work in the Municipal School Professor Ivete Lourdes Arenhardt. Through studies we analyzed the diverse contexts of Inclusive Education, from the period of exclusion to the present moment. Theoreticians of Inclusive Education and Down Syndrome were used to discuss the theme, Voivodic (2004), Schwartzman (2003), were some of them. We Also discuss about the legislations that promoted great changes in education in the general context, but focusing on education in Brazil. The Inclusive Education is something that needs the joint work of teachers, family, school. Stimulation is a very important act that should be given to Down Syndrome children, especially in elementary school. It is clear that the support offered by the Country's rulers is not enough for the inclusion of disabled students to be successful.

KEYWORDS: Down Syndrome - Teacher - Inclusion - Student

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. CONHECENDO A SÍNDROME DE DOWN NO PROCESSO HISTÓRICO E O CONTEXTO DA POLÍTICA DE INCLUSÃO	11
2.1. Aspecto histórico sobre a Síndrome de Down.....	12
2.2 Conceituando a Síndrome de Down	14
2.3 Contexto histórico da Educação Especial do Município de Sorriso/MT	16
2.4 A Política da Inclusão no Universo Escolar e seus Reflexos Sociais.....	18
2.5 Crianças Down e a Recepção no Ambiente Escolar Regular	22
3. A CRIANÇA COM DOWN E O ATENDIMENTO NA ESCOLA REGULAR: ENTENDENDO ESTE DESAFIO E A BUSCA DESSA CONQUISTA.....	25
3.1 A Educação de Alunos com Síndrome de Down na Sala de Aula no Ensino Fundamental	26
3.2 A Sala de Recursos como Suporte para a Sala de Aula Regular	28
3.2.1 Atendimento Educacional Especializado da Escola Municipal Professora Ivete Lourdes Arenhardt da cidade de Sorriso.	29
4. ANALISANDO A REALIDADE DO ALUNO DOWN NO PROCESSO DA INCLUSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR.....	32
4.1 Metodologia.....	33
4.2 Desfecho da Pesquisa	34
4.2.1 Coordenação.....	34
4.2.2 Professores da Sala de Recursos Multifuncional.....	38
4.2.3 Professores da Classe Regular.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS	48
ANEXOS	51
A. Entrevista com a Coordenação Pedagógica.....	51
B. Entrevista com as profissionais da Sala de Recursos	53
C. Entrevista com as profissionais da sala de aula regular	54

1. INTRODUÇÃO

A educação ao longo dos tempos está se transformando, principalmente, no âmbito de atendimento a alunos deficientes. Eras passadas esses indivíduos foram excluídos da sociedade, e considerados pela maioria das pessoas como seres inferiores.

Inconformados com tal situação, pais, educadores, deficientes e familiares, entre outros membros da sociedade, se uniram para lutar contra tal “mal”. Através de toda luta, surgiu-se várias Leis de Inclusão, com o intuito de proporcionar uma vida com mais qualidade aos tais. Todavia a Lei da Inclusão Escolar é a que continua se destacando nas transformações.

A partir 1990 as escolas começam adotar alguns métodos diferenciados, graça as grandes discussões sobre o ensino-aprendizagem de alunos com dificuldades de aprendizagem, neste momento inicia-se uma nova fase na educação, a “Educação Inclusiva”.

Este novo contexto educacional rege que os alunos deficientes ou não, de forma geral os alunos devem estudar nas mesmas escolas e classes, sem distinção. Assim, um dos principais objetivos da educação inclusiva é o de que os estudantes aprendam a lidar com a diferença do próximo, possibilitando que haja entre eles a interação e o cooperativismo de um ajudar o outro para melhor desenvolver seus potenciais de aprendizagem.

Em nossos colégios recebemos alunos com uma grande diversidade de jeitos, vivências, saberes, situação financeira, classe social e capacidade cognitiva. Crianças auto-suficientes, desafiadoras e crianças completamente carentes que necessitam não só de um professor, mas de um encorajador, de um orientador para que auxilie a definir que destino tomar e “para que o professor desempenhe seu trabalho de forma a atingir seus objetivos, o estabelecimento do vínculo afetivo é praticamente obrigatório.” (CODO e GAZZOTTI, 1999, p.55).

Para transformarmos a sociedade é imprescindível que haja compromisso, responsabilidade e participação de todos os atores que fazem parte do mundo de cada criança, pois assim contribuiremos para que sejam seres incluídos e beneficiários da organização social. Entretanto, devemos respeitar as características individuais de cada um, e oferecer métodos pedagógicos que auxiliem e mediem o processo escolar para melhor compreensão das diversas dificuldades de aprendizagem.

Com base na Educação Inclusiva, este trabalho reflete sobre a realidade inclusiva de alunos com Síndrome de Down (SD), os desafios dos professores frente a este contexto e se realmente ocorre a Inclusão como está prevista nas Políticas educacionais e Leis. Para tanto,

optou-se em entrevistar a coordenadora de uma escola Municipal da cidade de Sorriso/MT, duas professoras e a auxiliar de sala de uma aluna “Down” do 1º ano do Ensino Fundamental, e por fim, foram entrevistadas duas professoras da Sala de Recursos. Todas as entrevistadas são funcionárias da mesma instituição escolar.

No primeiro capítulo, exploraremos um breve histórico sobre as descobertas de seres humanos com a Síndrome de Down (SD) em seu contexto geral, exploraremos um pouco sobre a história da Educação Especial do Município de Sorriso, diagnósticos da SD, possíveis causas, os Parâmetros da Inclusão e a recepção destes no âmbito escolar.

O segundo capítulo enfatiza, a educação de alunos com Síndrome de Down no Ensino Fundamental, a Sala de Recursos como apoio para a sala de aula regular e o atendimento educacional especializado da escola pesquisada.

No terceiro capítulo está apresentado às análises das pesquisas, com o intuito de refletirmos sobre a realidade da Educação Inclusiva de alunos Downs, porém tendo em foco a Escola Municipal de Sorriso, Professora Ivete Lourdes Arenhardt. Por último encontramos a reflexão de todo o estudo teórico.

2. CONHECENDO A SÍNDROME DE DOWN NO PROCESSO HISTÓRICO E O CONTEXTO DA POLÍTICA DE INCLUSÃO

Em nossos dias percebemos que a educação inclusiva vem conquistando seu espaço de forma abrangente. Algo que podemos considerar como uma grande conquista, já que até tempos atrás vivenciamos realidades completamente diferentes.

Aos poucos a sociedade está se conscientizando dos diversos problemas que pessoas com deficiência enfrentam. Não estou me referindo ao quadro clínico, mas, sim, as barreiras que eles encontram no caminho da conquista por seus ideais, desde o campo escolar. Voivodic (2004, p.25) entende que o termo inclusão é a “colocação de todos os alunos, independente do grau e tipo de incapacidade, na classe regular”. A teórica informa que “Inclusão do verbo incluir, significa compreender, fazer parte de, ou participar de” (Voivodic 2004, p.26).

As Leis Inclusivas visa por uma prática educativa de qualidade em que professores estão atentos para atender a necessidade de cada aluno, principalmente aqueles que ha tempos foram excluídos da sociedade.

Na maioria das escolas regulares nota-se a presença de crianças com diversos tipos de deficiência. Contudo, se parar para analisar surgirá algumas questões relevantes: Será que realmente estes alunos estão sendo incluídos? Estão tendo uma educação de qualidade? Será que as escolas os aceitam somente para dizer que estão cumprindo com as Leis? Essas questões são comuns no currículo escolar, através delas são levantadas diversas pesquisas a fim de compreender esta realidade.

A inclusão escolar é um processo que exige muita dedicação, desempenho e estratégia do professor quanto ao processo de ensino-aprendizagem. Apesar disso, é comum vermos estes alunos serem tratados com indiferença, ou, até mesmo, sendo julgados como incapazes de aprender. Cabe então o papel da escola para desenvolver integralmente este ser humano.

Uma das deficiências mais conhecidas pela sociedade é a Síndrome de Down (SD), quem possui esta deficiência, ainda, é alvo de grandes preconceitos, mesmo com várias Leis que os amparam.

Partindo deste contexto, exploram-se neste primeiro capítulo alguns estudos mais detalhados sobre a Síndrome de Down. Foi feita uma breve viagem teórica para analisar os aspectos históricos da tal, os conceitos da Síndrome, as Diretrizes da Inclusão e a presença destes no ambiente escolar regular. Este capítulo pretende-se conhecer um pouco da história e

da luta pelos direitos das com deficiência, em especial os “síndrômicos”, como assim também são conhecidas as pessoas com Síndrome de Down (SD).

2.1 Aspecto histórico sobre a Síndrome de Down

A Síndrome de Down (SD) tem sido caso de estudo desde o século XIX. Nada obstante, pesquisas nos mostram que o surgimento de pessoas com SD ocorrem muito antes e em todas as partes do mundo, independente da religião, raça, cor ou condição social. Sobre o primeiro relato sobre a síndrome Matos (2007, p.78) e organizadores ressaltam que:

John Langdon Down, médico britânico, foi quem primeiro descreveu as características da síndrome que leva seu nome. Ele apresentou minuciosa descrição clínica da SD desde 1866, apesar de estabelecer erroneamente associações entre a síndrome e indivíduos oriundos da Mongólia (MATOS *et al*, 2007, p.78).

Verifica-se que a Síndrome foi descrita há dois séculos e meio, pelo médico Britânico John Langdon Haydon Down, ele percebeu que algumas crianças possuíam características parecidas aos povos da Mongólia, região da Ásia Oriental. Devido aos seus estudos tal síndrome recebe o nome Síndrome de Down, para homenageá-lo. Apesar das várias sondagens sobre o caso serem antigas, não se sabe quando nasceu a primeira pessoa com esta Síndrome. No entanto quando o médico pesquisador registrou seu trabalho, admitiu que tal problema já era bem conhecido. John Langdon Haydon Down possuía uma vasta experiência sobre retardo mental, já que por muito tempo seu trabalho era focado na assistência de pacientes com este estado clínico. Através de seus estudos as pesquisas sobre o caso começaram a avançar.

Os indivíduos com esta síndrome são fáceis de serem reconhecidos dentro de uma sociedade devido as suas características físicas, as mais comuns são: “face com perfil achatado, orelhas pequenas, prega palmar única, excesso de pele na nuca” (Voivodic 2004, p. 41), entre outros. Já no aspecto cognitivo o que mais se destaca é o retardo mental. Devido as tais características, os Downs eram considerados antigamente como seres não humanos. Vejamos alguns exemplos citados por Schwartzman (2003) sobre o comportamento de alguns povos com esses indivíduos, começando pelos Olmecas:

Dados históricos sugerem que os Olmecas aceitavam que estes indivíduos com SD resultassem do cruzamento das mulheres mais idosas da tribo com o jaguar, este último objeto de culto religioso. Desta forma a criança com SD

era considerada um ser híbrido deus-humano e aparentemente cultuado como o tal. (SCHWARTZMAN 2003, p.03)

Na cultura europeia:

Nas sociedades europeias mais antigas, pessoas portadoras de deficiências eram muito pouco consideradas, e os bebês com quadros mais evidentes, como aqueles com SD, muito possivelmente eram abandonados para morrer na inanição ou para serem devorados por animais selvagens. (SCHWARTZMAN 2003, p.03)

Schwartzman (2003) ressalta ainda que:

Na Idade Média, os portadores de deficiências foram considerados como produto da união entre uma mulher e o Demônio. Lutero, que viveu no século XVI, propunha que a criança deficiente e sua mãe fossem queimados, pois somente entendia o nascimento de uma criança defeituosa como o resultado desta união malévola: de que outra forma se poderia entender o nascimento de uma criança deste tipo? (SCHWARTZMAN 2003, p. 04)

Ao observar estes relatos, percebemos o quanto as pessoas com deficiências não eram tolerados pela sociedade, em especial os Downs. Vimos que outrora eram considerados não humanos. Até pouco tempo tais indivíduos eram reclusos do meio social e educacional. Apesar das discriminações sofridas, também havia as exceções. “Santo Agostinho parece ter conseguido que vários monastérios cuidassem de crianças defeituosas” (SCHWARTZMAN 2003, p. 04). Inclusive há relatos históricos que dizem terem encontrado dentro de um monastério da Inglaterra escavações com um crânio de uma criança, com características iguais as dos indivíduos com SD.

A batalha pela conquista dos direitos destas pessoas, não foi fácil, precisou-se percorrer um longo caminho. O âmbito da inclusão passou por quatro etapas. A primeira foi a fase da exclusão, o próprio termo já nos dá uma ideia. Nesta, os deficientes viviam isolados, excluídos da sociedade, principalmente por causa de suas aparências incomuns. Muitos eram rejeitados pelos próprios familiares. Tal fase pertenceu ao período pré-cristão.

Por volta do século XVIII e meados do século XIX, surgiu a etapa da segregação institucional. Em tal fase as pessoas deficientes recebiam apoio em instituições específicas para este tipo de cuidado. Em tais lugares, eram tratados como doentes, e, na maioria das vezes, considerados como seres incapazes de praticar qualquer tipo de atividade sozinho. Foi neste período que se derivou a “educação especial”, várias instituições voluntárias começaram a surgir com o objetivo de ajudar crianças com esses fenótipos. Nesta fase as pessoas começam a se conscientizar de que pessoas especiais eram capazes sim.

A terceira etapa ocorreu no final do século XIX até a metade do século XX. Esta ficou conhecida como integração. Neste período surgiu várias escolas públicas com salas especiais, que pretendia oferecer àquelas pessoas um auxílio na educação. Eles educavam a criança até onde alcançavam seus limites e não estimulava um maior avanço. Contudo, vários médicos começaram a aprofundar seus estudos no intuito de descobrirem métodos eficazes para esses pacientes. A médica educadora italiana, Maria Montessori, desenvolveu nessa época uma metodologia focada na área educacional. Ela utilizou recursos didáticos para desenvolver a autonomia das pessoas com deficiências. Algo que gerou bons resultados, pois essas pessoas se tornavam cada vez mais ativas.

Em 1940 surge nos Estados Unidos a primeira associação de pais de crianças com paralisia cerebral, que objetivava arrecadar fundos para investimentos em tratamentos, pesquisas e treinamento profissional. Passando-se 10 anos surgiu a National Association For Retarded Children (NARC), ou seja, era uma associação organizada por pais de crianças com problemas mentais. Eles lutavam pelas necessidades dos filhos. Essa organização influenciou vários países, sendo o Brasil um deles, que fundou no dia 11 de dezembro de 1954 no Rio de Janeiro a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). No Brasil a educação especial baseou em experiências concretas de outros países.

Por fim, no final da década de 1980 e início da década de 1990 começou a surgir a fase da Inclusão. Esta, luta pelo direito de igualdade das pessoas com necessidades especiais no meio social. Várias organizações se juntaram para lutar por estes ideais, a Educação Especial Inclusiva faz parte deste movimento. Defende-se a ideia de que todos tem o direito de participar de uma educação de qualidade, sem distinção de pessoas, porém, as escolas inclusivas requerem mudanças estruturais e profissionais. A educação inclusiva vem ganhando seu espaço lentamente, no Brasil. As Leis da Inclusão começaram a vigorar em 1988.

Apesar das Leis da Inclusão não serem recentes, notamos que ela ainda é encarada com muitos desafios que precisam ser superados, principalmente na educação.

2.2 Conceituando a Síndrome de Down

A Síndrome de Down não é algo novo. Foi descoberta e estudada muito tempo atrás. Porém, a ideologia de muitas pessoas continua a mesma e tratam pessoas com SD como seres incapazes e inferiores.

Mas o que é a síndrome de Down? Quais são suas possíveis causas? Como é possível diagnosticá-la?

Para essas respostas a utilizaremos o referencial teórico de Schwartzman (2003). A Síndrome de Down é resultado de um erro genético desenvolvido no embrião durante a sua formação. Segundo o teórico:

A SD é, portanto, uma cromossomopatia, ou seja, uma doença cujo quadro clínico global deve ser explicado por um desequilíbrio na constituição cromossômica (no caso a presença de um cromossomo 21 extra), caracterizando, assim, uma trissomia 21. O termo trissomia refere-se sempre à presença de um cromossomo a mais no cariótipo de uma pessoa, e os cromossomos são designados por números. Assim, os indivíduos do sexo masculino são 46, XY e as mulheres são 46, XX. (SCHWARTZMAN 2003, p.32).

Para quem não sabe, os cromossomos têm a responsabilidade de carregar todas as informações que as células carecem para se desenvolver, crescer e reproduzir. Eles estão localizados no núcleo da célula, são formados por DNA, que, em padrões específicos, são denominados genes.

As causas concretas da ocorrência do erro genético ainda são desconhecidas, porém, estudos indicam que a idade da mãe pode estar relacionada com tal problema. “Sabemos, também, que a ocorrência desta anomalia aumenta à medida que aumenta a idade da mãe”. (SCHWARTZMAN 2003, p.16)

Schwartzman (2003) nos explica um pouco mais sobre a idade da mãe:

A razão pela qual as mulheres mais velhas apresentam risco maior de terem filhos trissômicos se prende, possivelmente, ao fato de que seus óvulos envelhecem com elas, pois a mulher já nasce com todos os óvulos nos ovários. Desta forma, os óvulos de uma mulher de 45 anos são mais velhos do que os de uma de 20 anos. Isto já não acontece com os espermatozoides, que vão sendo reproduzidos de forma contínua a partir da adolescência e à medida em que são utilizados. Por esta razão é que não há, possivelmente, uma relação tão direta entre a SD e a crescente idade paterna. (SCHWARTZMAN 2003, p.20 e p.21).

Durante a gestação a mãe e os médicos devem prestar muita atenção no desenvolvimento do feto. O diagnóstico da SD pode ser feito antes do nascimento do bebê, porém só será comprovado quando o mesmo nascer.

No que se refere à confirmação da SD na criança, Voivodic (2004) explica da seguinte maneira:

Geralmente a SD pode ser diagnosticada no nascimento, pela presença de uma série de características, alterações fenotípicas, que, se consideradas em conjunto, permitem a suspeita diagnóstica. Algumas alterações fenotípicas podem ser observadas já no feto com SD, por meio do exame de ultrassonografia. Entretanto, embora estas alterações possam levantar

suspeita da presença da SD, não permite um diagnóstico conclusivo. (VOIVODIC 2004, p.41)

Uma das características mais peculiar das pessoas trissômicas, como assim também são chamados os Downs, é o retardo mental.

Embora esses indivíduos apresentem sérios problemas, não devemos menosprezá-los, estamos em uma época evoluída e nossos pensamentos e ações também precisam evoluir, aceitando-os e respeitando suas diferenças.

2.3 Contexto histórico da Educação Especial do Município de Sorriso/MT

Sorriso é um município Norte Mato-grossense, e segundo pesquisas do IBGE está no ranking das dez maiores cidades do estado.

Neste ano de 2016 a cidade completou 30 anos de emancipação. Entretanto, começou a ser colonizada desde a década de 70. A maioria de seus habitantes são sulistas e nordestinos. No entanto é constituída por migrantes de todas as partes do país. Conforme o IBGE de 2015, sua população é maior que 80 mil habitantes.

A história educacional de Sorriso iniciou em 1977. As aulas eram ministradas na casa da professora pioneira. A classe era composta por quatro alunos, todavia conforme novos migrantes chegavam mais crianças eram matriculadas na “escola” que era extensão da "Escola Nilza de Oliveira Pipino" de Sinop.

Tempos depois começa a construção de novas escolas na cidade e a educação começa a crescer de forma acelerada. Em 1979 Sorriso não pertencia mais a Sinop.

No dia 18 de Março de 1989 é fundada na cidade a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Sorriso – MT (APAE). A instituição surgiu após reivindicações de pais de crianças com Necessidades de Atenção Especial, pois tais sujeitos necessitavam de assistência diferenciada. A partir de 1990 essas crianças começaram a ser atendidos, por uma psicóloga que atuava como professora, ela começou atendendo catorze alunos em um espaço físico muito inapropriado. Posteriormente as dependências da APAE foram transferidas para o hospital São Lucas, localizado no município de Lucas do Rio Verde.

No segundo semestre de 1999, a Escola Estadual 13 de Maio começa atender alunos com necessidades educacionais especiais, favorecendo, assim, o funcionamento da Sala de Recursos que iniciou suas atividades em 2000. “Em 2004 a escola atendia 12 alunos na faixa etária de 06 a 24 anos” (PME 2015, p.96).

No ano de 2004, começa a funcionar a sede da escola Especial em Sorriso, atendendo 110 alunos, de 10 meses a 47 anos de idade.

Anos após, novas instituições começaram a investir na Educação Especial da cidade. Atualmente o município possui 12 Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), inclusive a escola, *lócus* da pesquisa, Ivete Lourdes Arenhardt possui 02 dessas salas. No geral, esse tipo de educação conta com 18 profissionais especializados na área. Até 2015 estavam matriculados 171 crianças.

Além dessas salas na rede municipal, existem, “uma sala de recurso na rede estadual que funciona no CEJA Arão Gomes Bezerra, uma sala de recurso na rede particular no Centro Educacional Vinícius de Moraes e uma no IFMT – Instituto Federal de Mato Grosso” (PME 2015, p. 101).

O primeiro Plano Municipal de Educação do município foi aprovado em dezembro de 2004, pela Lei Municipal nº 1307, que vigorou até metade de junho de 2015. Porém, com o crescimento populacional no decorrer dos anos, houve a necessidade de atualizar a legislação governamental. Deliberando assim, a atualização de tal Plano, publicado no dia 23 de junho de 2015, com vigor de dez anos.

No documento da cidade é ressaltado que:

A educação será o que dela o seu povo acreditar, investir e fazer acontecer. Estão na frente deste processo os profissionais ligados na área, mas somente eles não conseguirão dar conta. Há a necessidade de TODOS PELA EDUCAÇÃO como ferramenta que gera qualificação pessoal, dignidade, direito e cidadania. Contamos com cada cidadão sorrissiense, articulado com as demais instâncias de governo e nas diferentes modalidades e níveis educacionais, a implementação, acompanhamento, avaliação e aprimoramento deste documento e da educação de Sorriso (PME 2015 p.10).

A citação acima é bem clara ao dizer que não se faz a educação sozinha, mas sim com a ajuda de todos os agentes de transformação, é preciso ter a união de todos nós para que ela seja bem sucedida. Os organizadores do Plano Municipal de Educação de Sorriso ainda são sinceros em dizer:

A inclusão escolar da pessoa com deficiência, TGD, TEA e/ou altas habilidades/superdotação, no Brasil, no Estado de Mato Grosso e em Sorriso, nosso município, mesmo sendo estabelecida e assegurada sua obrigatoriedade por meios legais, ainda encontra determinadas barreiras relacionadas à infraestrutura arquitetônica, humana no quesito formação e preparo dos professores, ou seja, ainda existe carência de profissionais especializados na área que é gerada, principalmente, pelos estereótipos e preconceitos que têm levado a rotulação destes como incapazes (PME 2015, p. 100).

Através deste vemos que os órgãos públicos do município tem se preocupado com a educação de pessoas deficientes, no entanto, estão cientes que ainda existem muitas dificuldades a serem superadas, não só na cidade, mas sim, em todo o país.

2.4 A Política da Inclusão no Universo Escolar e seus Reflexos Sociais

No decorrer dos tempos os pensamentos “fechados” e preconceituosos foram mudando, as pessoas começaram a entender que indivíduos com deficiência não eram monstros, ou coisa do tipo. Perceberam que são seres humanos, porém, com limitações a mais do que o normal. Os pais pensando no bem estar de seus filhos começam a criar coragem e lutar pelos direitos dos seus. Com muito esforço eles começaram a obter bons resultados.

Pensando na qualidade de vida e no direito à cidadania de pessoas com necessidades especiais, criaram-se vários decretos para acolher os mesmos, entre eles a lei da inclusão escolar. Segundo documentos do MEC:

Em todo o mundo, durante muito tempo, o *diferente* foi colocado à margem da educação: o aluno com deficiência, particularmente, era atendido apenas em separado ou então simplesmente excluído do processo educativo, com base em padrões de normalidade; a educação especial, quando existente, também mantinha-se apartada em relação à organização e provisão de serviços educacionais. (BRASIL 2001, p.05)

Historicamente, um dos maiores desafios enfrentados pelas famílias que possuíam membros com necessidades especiais era o de negação ao acesso as escolas regulares. Durante muito tempo, prevaleceu o entendimento de que as pessoas com deficiência deveriam frequentar apenas entidades especializadas e exclusivas para elas, um exemplo destas instituições, são as APAE¹ espalhadas por todo o Brasil. Contudo, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) vieram para tentar derrubar estes empecilhos. Vejamos alguns termos seguintes que ditam a Inclusão Escolar:

Artigo 2008:

III - Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - § 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público e subjetivo.

V – Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; (BRASIL 2001, p.10).

O processo de inclusão escolar deve ser iniciado em classes comuns do ensino regular, desde a educação infantil, podendo ser avançada em qualquer etapa ou modalidade da

¹ APAE é a sigla denominada à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Educação Básica. Sendo assim a educação especial transcorre em todos os níveis de ensino, visando oferecer em cada uma delas recursos e apoio necessários para o serviço educacional especializado.

Estas normas possibilitou um novo olhar para o atendimento das pessoas com necessidades especiais. Graças a tais ações, as crianças que antes não tinham acesso à educação, que outrora eram considerados seres não humanos, que viviam trancadas dentro de suas casas para não sofrerem com a ignorância das pessoas ditas normais, agora estão sendo incluídas nas escolas e dentro da sociedade em busca da dignidade e melhoria de igualdade.

Quando falamos em Inclusão escolar ou em escola inclusiva, devemos ter em mente que sua função é a de aceitar e conviver com a diversidade de cada aluno.

Sobre a lei da inclusão, Conceição (2009, s.p) explica em uma página da internet que:

No Brasil, o movimento de inclusão surgiu a partir do final da década de 80 e início da década de 90, cujo objetivo inicial era o de fundir o ensino especial com o regular; porém só passou a ser discutida efetivamente após a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada em Salamanca (1994); tendo o Brasil, entre outros países, firmado o compromisso de reformular seu sistema de ensino, visando à garantia da inclusão, através do acesso de pessoas com necessidades educativas especiais no universo da escola comum, que garante, juntamente com outros documentos, o direito de todos à educação de qualidade. (CONCEIÇÃO 2009, s.p).

Esse movimento teve por objetivo, inserir os alunos “especiais” em escolas “normais” visando atender as necessidades de todos.

Observemos mais alguns direitos das pessoas com necessidades especiais no documento do MEC:

Artigo 227:

II - § 1º - Criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante para o treinamento do trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos. (BRASIL 2001, p.10)

Por meio deste decreto é evidente a peleja pelo bem estar destes indivíduos. Voivodic (2004) cita Mrech (1999) dizendo:

A inclusão tem suas raízes em movimentos anteriores à própria década de 1960 e seus eixos básicos se formam a partir de quatro vertentes: a emergência da psicanálise, a luta pelos direitos humanos, a pedagogia institucional e o movimento de desinstitucionalização manicomial. (VOIVODIC 2004, p. 21)

A autora explica que a psicanálise contribuiu para que o direito da criança com deficiência fosse respeitado, essa tese também foi firmada na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

Voivodic (2004) faz uma viagem no tempo para nos mostrar todo o processo das batalhas pela inclusão de pessoas com deficiência no contexto social. Vejamos:

Na Europa os movimentos de pais de crianças com deficiências visavam convencer a sociedade e as autoridades públicas a incluírem seus filhos em situações comuns de ensino.

Na década de 1950 e 1960, nos Estados Unidos, pais de alunos com deficiência fundaram organizações como a National Association for Retarded Citizens, com o objetivo de reivindicar educação para seus filhos e defender o direito de serem escolarizados em ambientes mais normalizados.

Na década de 1960, nos países nórdicos, surgiu pela primeira vez o princípio da normalização aplicado aos portadores de deficiência.

A partir de 1968, na Suécia, crianças deficientes foram introduzidas em classes regulares.

Na década de 1970, foram criados, nos Estados Unidos, programas educacionais para os deficientes, com o objetivo de frequentarem salas de aulas regulares, com o apoio de vários serviços complementares.

Nas décadas de 1980 e 1990 começa-se a falar sobre inclusão.

O movimento de inclusão novo ímpeto na década de 1990, com a criação de uma organização internacional, a “Schools are for Everyone”, composta por membros de diversos países, cujo objetivo era promover a inclusão em escala mundial. (VOIVODIC 2004, p.22 e 23)

Vendo este relato histórico, podemos analisar que a luta pela Inclusão não é de hoje, diversos documentos internacionais foram criados com o objetivo de proporcionar a igualdade para todos. Vimos que a Educação Inclusiva é resultado de muitas lutas, estudos e práticas de movimentos que tiveram a participação de várias pessoas com deficiência e sem deficiência, familiares e profissionais da educação de todo o universo.

Além da lei da Inclusão escolar, que ampara a criança e o adolescente na escola regular, há também o “Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Brasileira de Inclusão”, criado pelo Senador Paulo Paim, que visa melhorias de vida de todas as pessoas que possui deficiência. Tal documento foi vigorado em 2015. Um dos pontos que mais chama a atenção nesta Legislação é o Capítulo II que traz como tema “*Da Igualdade e da Não Discriminação*”. Segue abaixo alguns termos:

Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.

§ 2º A pessoa com deficiência não está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa.

Art. 5º A pessoa com deficiência será protegida de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante.

Parágrafo único. Para os fins da proteção mencionada no caput deste artigo, são considerados especialmente vulneráveis a criança, o adolescente, a mulher e o idoso, com deficiência. (BRASIL 2015, p.23 e 24)

Tal regulamento protege todos os indivíduos que possui necessidades especiais de qualquer tipo de discriminação, violência ou exclusão. O mesmo, objetiva à igualdade destes no meio social.

No início do ano 2016 foi vigorada a lei da inclusão de alunos especiais nas escolas privadas, esta estabelece o direito à educação dos alunos portadores de necessidades especiais nas escolas particulares, a escola tem por obrigação aceitar tais indivíduos em seus ambientes, não podendo jamais cobrar a mais nos valores das mensalidades. O decreto afirma que a instituição deve garantir um estudo de qualidade para os tais indivíduos. Tal lei não soou bem aos ouvidos dos donos das instituições privadas, já que os mesmos garantiram que teriam custos muito altos em adquirir recursos para essas crianças. Recorreram à justiça para tentar “abolir” tal lei, porém a tentativa foi inútil.

Outro decreto importante que rege o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015) é o do direito ao trabalho. Ele defende os seguintes termos:

Art. 34. A pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

§ 1º As pessoas jurídicas de direito público, privado ou de qualquer natureza são obrigadas a garantir ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos.

§ 2º A pessoa com deficiência tem direito, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a condições justas e favoráveis de trabalho, incluindo igual remuneração por trabalho de igual valor.

§ 3º É vedada restrição ao trabalho da pessoa com deficiência e qualquer discriminação em razão de sua condição, inclusive nas etapas de recrutamento, seleção, contratação, admissão, exame admissional e periódico, permanência no emprego, ascensão profissional e reabilitação profissional, bem como exigência de aptidão plena.

§ 4º A pessoa com deficiência tem direito à participação e ao acesso a cursos, treinamentos, educação continuada, planos de carreira, promoções, bonificações e incentivos profissionais oferecidos pelo empregador, em igualdade de oportunidades com os demais empregados.

§ 5º É garantida aos trabalhadores com deficiência acessibilidade em cursos de formação e de capacitação.

Art. 35. É finalidade primordial das políticas públicas de trabalho e emprego promover e garantir condições de acesso e de permanência da pessoa com deficiência no campo de trabalho.

Parágrafo único. Os programas de estímulo ao empreendedorismo e ao trabalho autônomo, incluídos o cooperativismo e o associativismo, devem

prever a participação da pessoa com deficiência e a disponibilização de linhas de crédito, quando necessárias. (BRASIL 2015, p.38 e 39)

Observando as várias leis que amparam a Inclusão, é perceptível o quanto as pessoas com necessidades especiais vêm ganhando seus espaços dentro da sociedade. Os Decretos que há muito tempo condenava-os à morte, hoje os ampara e os defendem de qualquer tipo de agressão e exclusão. Essas pessoas ditas “especiais” vêm superando cada vez mais estes obstáculos. Agora, são amparadas por leis ao qual ditam o direito ao mercado de trabalho, a educação escolar, entre outros. Porém, infelizmente em nosso país, as leis não são seguidas totalmente, pois o que vemos nas escolas públicas é a presença de crianças com necessidades especiais em salas comuns, sem apoio profissional e especializado de seus educadores. A maioria das instituições brasileiras não possui profissionais preparados e qualificados para trabalhar em tal área da educação, sem falar que a estrutura escolar muita das vezes não está apropriada para receber esses tipos de alunos. A falta de recursos por parte dos governantes também pode ser um dos fatores que impossibilita a boa qualidade da Educação Inclusiva.

Apesar destas diversas Leis podemos ressaltar que o processo de tal regulamento é lento e na maioria das vezes com poucos resultados positivos.

2.5 Crianças Down e a Recepção no Ambiente Escolar Regular

Com as Diretrizes da Inclusão os números de alunos deficientes começaram a aumentar em nossas escolas regulares.

A entrada da criança Down na escola é muito importante, quanto mais cedo se ingressarem neste ambiente, melhor será seu avanço, especialmente se a inclusão estiver sendo bem praticada. A escola é o principal local onde a criança começa se socializar de forma fluente. Podemos considera-la a principal responsável pela formação social da vida do indivíduo. Nela o aluno passa grande parte de sua vida, aprende trocar experiências e conhecimentos, conviver com a diferença e enfrentar diversos tipos de situações.

Olhando para o contexto geral da educação, a aprendizagem escolar nem sempre é encarada como algo fácil, tudo depende da autoestima tanto do professor quanto do aluno, da cultura do discente, história de vida do mesmo, apoio familiar e também dos métodos escolares utilizados por cada professor. O desempenho do aluno não depende somente dele, mas também das práticas e incentivos docentes e do meio onde vive.

Apesar do aumento de alunos Downs nas escolas regulares, ainda percebemos práticas excludentes destes.

Sobre o ambiente escolar para crianças “especiais”, Sousa, Milane e Rodrigues parafraseiam o pensamento de Sánchez (2005), dizendo:

A filosofia da inclusão luta por uma educação que funcione para todos, independentemente de os alunos terem ou não deficiência. Neste contexto, a escola tem por obrigatoriedade atender às necessidades de todos os alunos, assegurando aqueles com alguma deficiência as mesmas oportunidades de aprendizagem. (SÁNCHEZ 2005 apud SOUSA; MILANE; RODRIGUÊS 2012, p. 05).

Entretanto é perceptível que a maioria das escolas públicas do Brasil não age da maneira como está exposto acima, algumas não possuem recursos apropriados para tal educação, muito menos estrutura e preparo profissional para receber essas crianças em salas de aulas. Um dos requisitos primordiais para trabalhar a Inclusão, é a acessibilidade aos recursos educacionais especiais. A metodologia trabalhada com esses alunos deve ser de forma dinâmica e incentivadora, sempre relevando a ideologia de cada indivíduo.

Cabe então, o trabalho conjunto entre tais membros da sociedade para que as crianças Down apresentem bom desempenho em sua vida educacional e social, possibilitando-as viverem novas experiências, porém, respeitando sempre suas limitações. A motivação é algo indispensável para percorrer e chegar à inclusão de forma objetiva e bem sucedida, sempre dependendo do esforço de cada indivíduo que convive com pessoas com a Síndrome de Down.

Voivodic (2004) ressalta que:

A Educação Inclusiva não pode continuar a ser vista como uma utopia, mas precisa ser encarada como uma realidade possível e desejável em sociedade. [...] Para que a inclusão se concretize, faz-se necessária uma mudança ideológica na sociedade, o que reverterá em uma mudança no sistema educacional. Essa mudança ideológica é mais profunda e depende da concepção de homem e sociedade, ou seja, da forma de ver o outro e com ele se relacionar. (VOIVODIC 2004, p.37)

A citação de Voivodic (2004) estabelece que a educação inclusiva não deve ser vista como uma fantasia, um desejo irreal de ser realizado, pelo contrário, precisamos mudar o nosso modo de pensar sobre a tal e começarmos a agir de forma para que a inclusão comece a se concretizar.

Neste aspecto o papel do professor como mediador é fundamental, para que a criança Down comece a se interessar pelo ambiente escolar, de modo que não venha lhe gerar nenhum tipo de trauma, e que possibilite um maior interesse e compreensão pelos conteúdos

abordados. O aluno trissômico² precisa se sentir incluído no determinado ambiente em que se encontra, pois com isso ele começará se integrar com os demais. Vale ressaltar que, o processo de inclusão escolar não é só um dever das escolas públicas, mas também das escolas particulares.

Os passos para a inclusão são vários, desde investimento na educação, na formação dos educadores, em políticas públicas entre outros aspectos que devem ser repensados. Contudo a união entre professores, família, escola, amigos e sociedade, como também a persistência e estímulos são requisitos importantes para garantir uma boa formação educacional para alunos com SD e a inclusão destes no meio social.

² Este termo é utilizado para referir as pessoas com Síndrome de Down, já que tal Síndrome é um erro genético que ocorre com o feto no momento da divisão das células. Os cromossomos se dividem de forma errada, ao invés de gerar um par de cromossomos, ou seja, dois, gera três. A palavra trissômico se deriva as pessoas que possui esse trio dos cromossomos, resultado de um erro genético.

3. A CRIANÇA COM DOWN E O ATENDIMENTO NA ESCOLA REGULAR: ENTENDENDO ESTE DESAFIO E A BUSCA DESSA CONQUISTA

A educação escolar é um direito de todo cidadão brasileiro. O Ministério da Educação defende que, o lugar de toda criança e adolescente é na escola. Sendo assim, tal regra vale igualmente para as crianças com algum tipo de necessidades especiais.

Com o intuito de incentivar todas as crianças deficientes a participarem de uma educação de qualidade, vários órgãos se juntaram para defender a Inclusão destes no meio social, principalmente nas escolas.

A lei da inclusão escolar surgiu com o objetivo de abolir, qualquer tipo de discriminação ou exclusão destes alunos.

Conforme Mills (2003, p.257):

O princípio que rege a Educação Inclusiva é o de que todos devem aprender juntos, sempre que possível, levando-se em consideração suas dificuldades e diferenças, em classes heterogêneas, com alunos da mesma faixa etária. (MILLS 2003, p.257)

Olhando para nosso contexto escolar é possível notar que as Legislações nem sempre são cumpridas, pois a maioria de nossos alunos ditos “especiais” são colocados dentro de salas de aulas comuns, e ali permanecem, como se fossem seres invisíveis, em sua maior parte são obrigados a estudarem como os demais alunos, sem ao menos terem a chance de receberem explicações mais claras e objetivas, para enriquecerem seus conhecimentos, ou sequer recebem o mínimo de estímulo possível, para que possa contribuir a sua melhoria educacional. Porém há pessoas que julgam os próprios professores como culpados de tal situação, todavia não levam em consideração que a maioria destes não sabe como encarar com tal circunstância, pois não possuem um preparo específico. É importante ressaltar que, o estímulo não deve partir somente do professor, mas de vários agentes da vida do aluno.

Crawley e Spiker (1983, apud SILVA 2002), afirmam que “a qualidade da estimulação no lar e a interação dos pais com a criança se associam ao desenvolvimento e aprendizagem de crianças com deficiência mental”. Tal interação do portador de SD com seus pais, professores e amigos, propicia-lhe melhor qualidade de vida, porque desenvolve na criança à sua autonomia.

A fim de compreender a realidade da Educação Inclusiva, este capítulo analisa o atendimento dos alunos Downs nas salas de aulas da escolar regular.

3.1 A Educação de Alunos com Síndrome de Down na Sala de Aula no Ensino Fundamental

A fase da alfabetização é primordial para todo estudante, pois é a partir daí que sua linguagem, cognição, habilidades, socialização e autonomia começam a evoluir.

A educação especial é essencial para o processo de aprendizagem educacional. A educação “está presente no convívio social nos mais variados espaços” (FICAGNA, 2008, p.28), é através dela que aprendemos e ensinamos. Mills (2003, p.241) ressalta que:

O trabalho com a criança deve centrar-se prioritariamente no contato e na integração com os outros. As eventuais complementações das atividades pedagógicas desenvolvidas não devem ser formais, tampouco didaticamente causadoras de separação da criança do contexto em que se encontra.

Na sala de aula, através do jogo espontâneo, da relação com os colegas e com o material adequado, o aluno enfrenta uma série de atividades físicas, emocionais e cognitivas que possibilitam a elaboração do pensamento. E, a partir de seu próprio ritmo, surge o desejo de progredir, favorecendo seu desenvolvimento global. (MILLS, 2003, p.241)

A escola desde o princípio tem um papel importante diante da sociedade, pois a tal propicia ações que efetivam os direitos sociais de cada sujeito. Nela somos capazes de interagir, aprender a lidar com as diferenças do próximo, e acima de tudo de desenvolvermos nossos conhecimentos. Tanto crianças ditas normais, quanto crianças deficientes necessitam se interagir com o outro.

“A integração da criança com SD no ensino fundamental representa uma ação, não apenas decorrente de mera aquisição de um direito, mas uma ação educativa e, até certo ponto, de reabilitação, de extrema importância” (MILLS, 2003, p. 240). Para isso, profissionais especializados devem tomar cuidados especiais para facilitar e possibilitar um maior rendimento educacional destes deficientes. No entanto, compreendemos que a inclusão bem sucedida não acontece de forma rápida e nem sempre são vistas de forma positiva, contudo um dos fundamentos mais importante é o desejo de que ela ocorra, mas, isso não é o suficiente, as escolas precisam trabalhar unida a política da inclusão.

Na fase da alfabetização o aluno cria gosto pela leitura, escrita, números, entre outras áreas. O estímulo educacional no ensino fundamental é de suma importância para o bom desenvolvimento cognitivo do aluno com SD, pois esta fase serve como base para evoluir nos estudos mais complexos. Fernandes (2011, p.167) crê que:

Mesmo que em razão de suas condições ou situação social a criança apresente problemas de aprendizagem que requeiram atendimento

educacional especializado, é fundamental que ele seja realizado tendo em mente que esse sujeito social está historicamente situado, tem interesses e necessidades relativos à sua faixa etária, tem direitos e deveres, entre os quais o de acesso à educação escolar formal (FERNANDES, 2011, p.167) .

Olhando para o papel do professor como educador, Gauthier (1999) acredita que, na atualidade o professor continua tendo a tarefa de seduzir seus alunos ou, mais do que isso, persuadi-los: “[...] persuadir é influenciar por meio da palavra e do gesto, é seduzir a mente e o coração ao mesmo tempo. Nesse sentido, o trabalho docente é um verdadeiro trabalho emocional” (GAUTHIER, 1999, p. 19-20). O professor que tem um aluno deficiente em sua sala de aula, não deve agir diferentemente do conceito de Gauthier, para obter sucesso relativo. A colaboradora Mills (2003 p. 233) da obra “Síndrome de Down” do teórico Schwartzman afirma a seguinte tese:

A educação da criança com SD é atividade complexa, entre outras razões pela necessidade de introduzirem-se adaptações de ordem curricular que requerem cuidadoso acompanhamento de educadores, dos pais, da sociedade e são indispensáveis para melhor adquirir objetivos. . (MILLS, 2003, p. 233)

Uma das adaptações curriculares das escolas inclusivas é a implantação das Salas de Recursos. As aulas nessas salas favorecem o processo educacional da inclusão, pois dá ao aluno um complemento extra da classe regular, contribuindo assim, para o seu desenvolvimento em diversas áreas do conhecimento.

A criança com SD tem dificuldades para prestar atenção, são pessoas muito inquietas, principalmente quando o assunto não os interessa. Porém, ao contrário do que muitos imaginam, indivíduos com SD são muito inteligentes quando o assunto é fugir das obrigações. Essas crianças criam táticas para fugir das responsabilidades, comprometendo até mesmo a evolução de seu aprendizado. Alguns destes estudantes usam até condutas antissociais para escapar de seus compromissos. Mills (2003, p.249) afirma que:

Conforme avança em idade, resiste mais. Fica, assim, mais difícil manter o controle generalizado de “sociável” porque aumentam as marcas de seu temperamento e aparecem traços de timidez, apatia ou negatividade. Pode, inclusive, mostrar-se indiferente, ou birrenta, o que dificultará sua plena integração com os companheiros (MILLS 2003, p. 249).

Sendo assim, o professor precisa estar atento e criar estratégias que chamem atenção desses alunos, fazendo com que se interagem com os demais, resultando, assim, no gosto pela escola e conteúdos, pois a educação no Ensino Fundamental é o alicerce para a construção dos

saberes. Por mais difícil que seja alcançar total sucesso com o aprendizado de crianças especiais em escolas regulares, o professor não deve jamais se intimidar com os desafios.

3.2 A Sala de Recursos como Suporte para a Sala de Aula Regular

Falar em sala de recursos nos dá a ideia de uma sala onde encontramos apoio para trabalhar diversas situações. Para esclarecer melhor sua função faz-se necessário a definição dada por Poker (2013, p. 11).

Para tanto, o Atendimento Educacional Especializado que ocorre na Sala de Recursos Multifuncional deve estar fundamentado nas habilidades e competências do aluno, considerando sua condição específica para realizar determinadas tarefas. Nesse sentido, a avaliação torna-se imprescindível para o professor iniciar o trabalho pedagógico especializado, pois é importante conhecer o aluno e as suas condições de inserção e participação na escola, na família e na sala de aula regular. Assim, o professor poderá providenciar os ajustes e as adequações nos diferentes âmbitos que interferem diretamente no processo de ensino e de aprendizagem do aluno, público-alvo do Atendimento Educacional Especializado, garantindo-lhe uma educação de qualidade (POKER, 2013, p. 11).

A Sala de Recursos é um espaço onde possuem diversos materiais didáticos, pedagógicos e equipamentos específicos que atendem as necessidades dos alunos. O professor atuante deve ter especialização no campo da educação especial. A sala de recursos precisa ser um ambiente adequado para receber os estudantes especiais, que receberão auxílio pedagógico especializado. Geralmente essas salas encontram-se instaladas em escolas normais, possibilitando a convivência de alunos “comuns” com alunos especiais. Siqueira (2013, p. 29) afirma a seguinte tese:

O Atendimento Educacional Especializado, surgiu para completar o ensino à educação comum, para atender crianças diagnosticadas com algum tipo ou grau de deficiência e especificidade. Também se diferencia pelo objetivo de criar propostas e alternativas para mudar desigualdades existentes entre alunos especiais e alunos ditos “normais” para que todos tenham o nível de aprendizado mais próximo possível sem excluir ou julgar (SIQUEIRA, 2013, p.29).

Os alunos que frequentam a sala de recursos são aqueles que possuem algum tipo de deficiência que dificulta o aprendizado escolar. O horário que eles são atendidos deve ser oposto ao da escola comum. Seu acompanhamento em tal inicia-se na fase da alfabetização.

Os discentes portadores da Síndrome de Down são uns dos diversos matriculados em tal classe, já que os mesmos encontram numerosas dificuldades com o aprendizado escolar,

devido à suas deficiências, eles possuem inúmeras limitações, sendo assim o trabalho pedagógico carece considerar o tempo deles e oferecer estímulos adequados para ajudar no desenvolver-se de suas capacidades. “A prontidão para a aprendizagem depende da complexa integração dos processos neurológicos e da harmoniosa evolução de funções específicas” (MILLS, 2003, p. 247), destaca-se então a importância do papel do professor Inclusivo, o qual facilitará o processo de conhecimento que partirá do aluno.

Mills (2003, p. 247, 248), enfatiza a seguinte questão:

Crianças com SD não sabem desenvolver estratégias espontâneas, que outras crianças apresentam a partir dos cinco anos, para melhorar a capacidade mnemônica. Conscientes desta limitação, professores devem estimulá-las com intervenções adequadas. Como a informação auditiva é a menos eficaz que a visual, torna-se necessário usar duas ou mais vias para que a informação possa ser assimilada. A memória sequencial auditiva melhora lentamente, sem que haja relação com o progresso da idade mental (MILLS, 2003, p. 247 - 248).

Portanto, o apoio educacional dado aos Downs deve ocorrer por etapas, pois como observamos, eles não conseguem reter grande quantidade de informações ao mesmo tempo. O professor precisa facilitar a aprendizagem do aluno, fazendo com que o momento seja prazeroso para este.

Partindo de tais referenciais, verifica-se a grande importância da ação conjunta entre professores das classes comuns e professores das salas de recursos, pois os bons resultados da educação futura destes educandos dependerão em grande parte de um trabalho conjunto da equipe pedagógica.

3.2.1 Atendimento Educacional Especializado da Escola Municipal Professora Ivete Lourdes Arenhardt da cidade de Sorriso.

A escola Municipal Professora Ivete Lourdes Arenhardt foi fundada no município de Sorriso no dia 19 de Dezembro de 1992. A escola atende alunos desde a pré-escola até o 6º ano do ensino fundamental. Em tal instituição também funcionam a extensão da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) do *Campus* de Sinop, a UAB/UFMT e cursos do SENAI.

Na escola possui uma Sala de Recursos Multifuncional que é dividida ao meio, formando-se em duas. Em tais salas trabalham 02 professoras especializadas na Educação Especial. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é organizado entre os professores atuantes do AEE, conforme a necessidade individual de cada aluno, garantindo que a escola

exerça seu papel na construção do conhecimento dos tais. O cronograma também é definido por eles. A assistência é feita duas vezes por semana com duração de duas horas. Sendo no horário oposto ao qual o aluno estuda na escola regular, podendo ser atendidos individualmente ou em pequenos grupos se as necessidades educacionais especiais forem semelhantes as dos colegas. O cronograma de atendimento é entregue ao professor da classe regular que se responsabiliza de entregar para o aluno a ser atendido.

As deficiências mais comuns entre alunos atendidos nas Salas de Recursos são: deficiência auditiva, visual, intelectual, síndromes, entre outras. Os alunos são de diversas faixas etárias e de diferentes modalidades e níveis de escolarização. Também são recebidos alunos que são matriculados em outras escolas as quais não possuem esse tipo de atendimento. O aluno será dispensado do apoio educacional especializado somente quando o responsável do AEE achar que houve progressão da parte do referido ao ponto de não precisar de auxílio diferenciado, ou, se houver desistência pelos familiares. Destaca-se que a Sala de Recursos só tem a obrigação de receber esses alunos, somente enquanto estudarem em escolas Municipais. A partir do momento que se ingressam na rede Estadual ou Particular, o vínculo pode ser rompido, já que é a prefeitura a mantenedora do projeto.

A escola Ivete, como é chamada popularmente, segue a Resolução 04/2009, Art. 12, que exige que o professor que irá atuar em tal área deverá ter formação inicial na docência e especialização na Educação Especial, sem esses requisitos o profissional será impedido de atuar neste ramo.

Os professores do AEE acompanham o desenvolvimento de aprendizagem de cada discente, numa visão de avaliação diagnóstica e processual, considerando as dificuldades de outrora, seus progressos, possibilidades e limitações. Essa avaliação é feita semestralmente, a partir daí é feito um relatório que é armazenado na pasta do aluno.

Esses profissionais geralmente fazem visitas na escola regular do aluno para observar seu nível de desenvolvimento, através das observações eles visam os pontos que ainda devem ser trabalhados com o tal.

Segundo o Projeto Político Pedagógico da escola (PPP), os professores do AEE devem ajudar o professor da sala regular a compreender as possíveis limitações do aluno em determinados níveis de conhecimentos, como também orientar tal professor a adotar metodologias que atendem as necessidades específicas conforme a deficiência de cada um, ou seja, deverá orientá-lo quanto à posição da sala de aula, iluminação, espaço físico, tamanho da letra, quantidade de escrita/cópia, adequação do conteúdo, material didático pedagógico, entre

outros. Vale ressaltar que, o plano de ensino é uma responsabilidade do professor da sala regular, o professor do AEE apenas orienta-o.

O docente da Sala de Recursos ainda tem a responsabilidade de mediar entre o aluno, família, escola, sala regular e professor. No Projeto Político Pedagógico da escola estão expostos os seguintes itens de atendimento na Sala de Recursos:

- Sistema Braille;
- Atividades de Vida Autônoma e Social – AVA’S;
- Recursos para alunos com baixa visão;
- Desenvolvimento de processos mentais;
- Orientação e Mobilidade – OM;
- Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS;
- Comunicação alternativa e aumentativa;
- Atividades de enriquecimento curricular;
- Sorohan Informática acessível;
- Língua Portuguesa na modalidade escrita;

Através destes eixos já podemos entender o porquê das exigências da formação do professor quanto a Educação Especial. O professor deve ser capacitado para atender todos esses requisitos.

Todo o trabalho é feito com o objetivo de proporcionar ao aluno a capacidade de se desenvolver melhor, sempre buscando a interação entre o próximo e uma complementação curricular que facilite o processo de inclusão educacional social destas crianças.

4. ANALISANDO A REALIDADE DO ALUNO DOWN NO PROCESSO DA INCLUSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR

A inclusão pode ser considerada algo inovador. No entanto, é um tema que gera polêmica pelas mais distintas esferas educacionais e sociais. Ao acrescermos no ensino regular alunos com diversas déficits de aprendizagem sejam elas, permanentes ou passageiras, de grau mais grave ou mais leve, estamos garantindo o direito desses pela educação, como também, estaremos obedecendo as Leis.

A maioria dos profissionais de nossas escolas por vezes criam barreiras e problemas psicológicos que impossibilitam o bom desenvolvimento da inclusão. Essa oposição é compreensível, pois poucos são os profissionais que se animam a ministrar num modelo inclusivo, uma vez que se sentem incapacitados, já que não possuem a capacitação específica.

Acredita-se que a razão que mantém a peleja das pessoas com deficiência pela inclusão é, sem dúvida, um ensino de qualidade, que sejam capazes de responder às precisões de cada aluno, de acordo com as suas necessidades, mas, sem cair na modalidade exclusiva. O êxito da inclusão de alunos com SD na escola regular possibilita avanços significativos no âmbito educacional. Só é possível alcançar esse sucesso, quando a escola reconhece que as dificuldades desses alunos, não é somente deles, mas, também da gestão escolar, considerando que tais problemas podem ser resultado na maioria das vezes da metodologia do ensino. E através disto trabalhar em conjunto buscando o melhor desenvolvimento educacional do aluno. O processo de inclusão social dos Downs deve ser contínuo.

A escola inclusiva tem o papel não só de possibilitar uma educação de qualidade para todos, mas também, o de tomar decisões que eliminem atos discriminativos com essas crianças, tornando uma comunidade escolar que inclui a todos. É um processo que exige mudanças e o passar de tempo para uma cultura das adaptações necessárias no modelo inclusivo.

A inclusão possibilita o aprimoramento do ensino escolar, beneficiando todos os alunos sejam com deficiência ou não.

Precisamos nos conscientizar de que a educação inclusiva não foi feita para existir apenas nos decretos. Ela deve ser edificada por todos os agentes da escola, precisa ser trabalhada e estudada em união para o melhor desenvolvimento de aprendizagem do aluno.

4.1 Metodologia

Para desenvolver este trabalho, foi realizada pesquisa bibliográfica que respalda teoricamente sobre o assunto e uma pesquisa de campo mediante entrevistas com abordagens qualitativas. Este trabalho tem por objetivo investigar e refletir a realidade da Educação Inclusiva de alunos com Síndrome de Down em nossas escolas regulares. O *lócus* de pesquisa foi a Escola Municipal Professora Ivete Lourdes Arenhardt, localizada na Avenida Brasil, nº 850 – Centro do Município de Sorriso/MT.

Utilizamos questões semiestruturadas para as entrevistas, as quais foram aplicadas à coordenadora, duas professoras e a auxiliar de uma aluna “Down” do Ensino Fundamental da classe regular, e por fim, as duas professoras da Sala de Recursos, todas as entrevistadas são funcionárias da escola acima citada. As indagações foram diferentes para cada uma dessas áreas da educação. Neste sentido Manzini (2012, p.09) nos coloca:

A entrevista semiestruturada é uma das formas para coletar dados. Ela se insere em um espectro conceitual maior que é a interação propriamente dita que se dá no momento da coleta. Nesse sentido (...) a entrevista pode ser concebida como um processo de interação social, verbal e não verbal, que ocorre face a face, entre um pesquisador, que tem um objetivo previamente definido, e um entrevistado que, supostamente, possui a informação que possibilita estudar o fenômeno em pauta, e cuja mediação ocorre, principalmente, por meio da linguagem. (MANZINI 2012, p. 09)

É certo que este tipo de pesquisa possibilita que haja interação de ideias entre o entrevistado e entrevistador resultando na troca de saberes e em respostas mais fundamentadas e qualitativas.

As entrevistas foram feitas na própria instituição escolar, visou investigar opiniões dos profissionais da educação, quanto à educação inclusiva de alunos com Síndrome de Down, como também conhecer a realidade de tal educação nas salas de aula.

Após as coletas das informações, houve as reflexões sobre as opiniões das educadoras.

Foram utilizados vários referenciais teóricos da área da Educação Inclusiva e da Síndrome de Down para embasar a presente tese.

Com o objetivo de blindar os sujeitos da pesquisa foram utilizadas letras para a identificação dos mesmos. Coordenadora X, professoras da sala de recursos W e Y, professores da sala regular A, B e auxiliar C.

4.2 Desfecho da Pesquisa

A seguir serão expostas as considerações dos entrevistados com as respectivas análises fundamentadas em estudiosos da área, que serão divididos em tais segmentos: Coordenação, Professor do AEE e Professores da sala Regular e auxiliar de Sala.

4.2.1 Coordenação

A coordenadora X é formada em pedagogia, pós-graduada em Interdisciplinaridade e acadêmica do curso de Sociologia. Ela trabalha na escola pesquisada desde 2003. Porém começou atuar como coordenadora em 2015. Segundo ela, na escola estão matriculados 10 alunos com variados tipos de deficiências, sendo 03 destes, alunos Downs, um estuda na pré-escola, outro no 3º ano e outro no 4º ano do ensino fundamental.

A coordenadora ainda informou que desde a inauguração da escola Municipal Professora Ivete Lourdes Arenhardt, mais de 100 alunos deficientes estudaram nela, e que a Sala de Recursos Multifuncional da tal, funciona há mais de 10 anos. Duas professoras ministram as aulas do Atendimento Educacional Especializado, cada uma trabalha 40 horas semanais, sendo que, o aluno é atendido duas vezes na semana no período de 02 horas. O total de alunos atendidos na Sala de Recursos são 25, porém, nem todos são da escola local.

Seguem abaixo as seguintes questões e respostas analisadas da entrevista com a educadora:

1) Como são selecionados os professores que atuam na Sala de Recursos Multifuncional?

“São todos professores efetivos e devem ter especialização na área da Educação Especial”. (Coordenadora X)

Tal afirmativa nos mostra que a escola procura atender o requisito que as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica regem, ou seja, “o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica na educação especial, inicial ou continuada” (MEC 2008, p.04). O professor que trabalha com o AEE deve ser capacitado para trabalhar com diversos níveis de deficiências. Como alguém que não tem domínio em LIBRAS irá trabalhar com um mudo? Ou então, como trabalhar com um cego se não tem conhecimento em Braille? É impossível atuar em tal área se não ter a capacitação específica, por isso, que tal

Lei exige que o profissional que for trabalhar neste ramo deve ser habilitado no campo da Educação Especial.

- 2) Você considera que a sala de aula e a escola estão adequadas para receberem alunos com deficiências? Por quê?

“Acredito que sim, pois temos acessibilidade em quase todos os ambientes”
(Coordenadora X).

A acessibilidade é uma obrigação de todo órgão público e privado. No capítulo III, Art. 8º, parágrafo I, do DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004, está definido a seguinte demanda:

I - acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL 2004, p. 04)

Qualquer órgão que não esteja atendendo este requisito está descumprindo com as Leis da Inclusão. A acessibilidade é algo que possibilita uma maior autonomia na vida da pessoa com deficiência.

- 3) Vocês recebem algum auxílio do governo (prefeitura), para trabalhar com a Educação Inclusiva? Quanto aos professores, eles recebem algum tipo de treinamento para trabalhar com estes alunos?

“Os incentivos são fornecidos pelo MEC com materiais de acessibilidade e recursos didáticos e digitais, quanto aos treinamentos dos professores, sempre trabalhamos em parceria com a sala de recurso e o CEMAIS”. (Coordenadora X)

No que se refere ao apoio do Ministério da Educação à escola, entende-se que tal órgão tem por obrigatoriedade disponibilizar materiais específicos para as escolas inclusivas.

Quando a coordenadora cita que trabalham em parceria com o CEMAIS, está se referindo ao Centro Municipal de Apoio a Inclusão da Educação Especial de Sorriso/MT. Tal órgão atende estudantes da rede pública municipal, com serviços de acompanhamento com psicólogas, fonoaudióloga, pedagoga, psicopedagoga e agente social, com a realização de observações e avaliações escolares. Ele não disponibiliza cursos preparatórios para professores, somente contribuem com o atendimento específico destes alunos. O professor não recebe nenhum curso de capacitação educacional inclusivo. Por isso é comum vermos em nossas escolas profissionais inseguros em trabalhar com esse tipo de educação, pois se sentem despreparados.

- 4) Existem professores que rejeitam trabalhar com a Inclusão? Por quê?

“Não”. (Coordenadora X)

Tal resposta é incomum no meio educacional, pois muitos professores quando lhes são dado à notícia que terão que trabalhar com um aluno deficiente na classe demonstram receios e até bloqueios que dificultam no bom desenvolvimento do seu trabalho, e em certas ocasiões acabam rejeitando lutar pela causa.

- 5) Existem professores que abraçam tal causa? Quais são as motivações?

“Sim. Nossos alunos com deficiência sempre são bem valorizados e inclusos em nossa escola”. (Coordenadora X)

“As escolas inclusivas devem reconhecer as diversas necessidades dos alunos e dar uma resposta a cada uma delas, assegurando educação de qualidade a todos” (VOIVODIC 2004, p.30). A valorização é importante na vida do aluno, pois o mesmo se sentirá importante, amparado, pela escola, sentirá o desejo de pertencer a tal ambiente, mesmo com suas diferenças e limitações.

- 6) Como o professor atua na sala de aula regular para ajudar na educação destes? Eles trabalham com métodos diferenciados?

“Sim. Sempre é preparada a aula pensando em todos os alunos, os profissionais de nossa escola estão bem adaptados para trabalhar as deficiências e estão sempre em busca.” (Coordenadora X).

Através da afirmação da coordenadora podemos refletir a responsabilidade que o professor tem em preparar suas aulas, pois necessita estar atento à dificuldade de cada um da classe. Atividades com socialização é uma forma interessante de se trabalhar com as classes, pois possibilita a interação e troca de saberes entre os indivíduos. Todavia, “é importante lembrar que a socialização e o desenvolvimento da aprendizagem, mesmo unidos e integrados aos fins, correm o risco de se tornarem contrapostas, uma excluindo a outra” (MILLS 2003, p.241).

- 7) A família trabalha em conjunto com a escola na educação dos filhos “especiais”?

“Sim”. (Coordenadora X).

É indispensável o papel da família no contexto educacional, pois possibilita que os familiares, em especial os pais, reconheçam as reais necessidades de seus filhos, permitindo que saibam lidar com elas de forma adequada, e assim continuarem com o estímulo educacional da criança.

- 8) Quanto à educação de alunos com Síndrome de Down, quais são as principais dificuldades com a educação deles? Como vocês enfrentam essas dificuldades?

“Cada um possui uma dificuldade específica, entre eles o mais grave está o retardo mental. Quanto à aprendizagem é feita de acordo com o diagnóstico dentro de suas limitações”. (Coordenadora X)

O posicionamento da coordenadora é interessante, já que “não podemos ter uma visão única da criança com SD, daí a necessidade de atendimento individualizado” (MILLS 2003, p.246).

9) Tem sido possível detectar avanços no aprendizado escolar dos alunos Downs atendidos pela escola?

“Sim, a autonomia é o que mais se destaca. Outro avanço é quando eles começam a reconhecer seu próprio nome ou começam a desenvolver as atividades propostas e se sentem valorizados por participar da aula” (Coordenadora X).

Percebe-se a importância do estímulo educacional do professor, como também o respeito com o tempo de aprendizagem de cada um, por mais que o aprendizado do aluno seja lento, não significa que ele esteja impossibilitado de aprender. É prazeroso vermos os bons resultados e a satisfação de cada um. Quando a criança se sente valorizada, aumenta nela o desejo e a chance de evoluir seus resultados.

10) Em sua opinião, quais são os maiores obstáculos na educação inclusiva?

“A preparação profissional. Nossos professores não possuem preparo profissional específico para atuar com a educação inclusiva. Aos poucos vão se adaptando com a situação, porém, mesmo com essa adaptação às vezes ainda se sentem incapacitados” (Coordenadora X).

É comum vermos nas escolas regulares professores desmotivados ou até mesmo acovardados diante da educação inclusiva. A falta de preparo e recursos apropriados são umas das barreiras que impedem que a criança com Síndrome de Down receba uma educação de qualidade. Os professores que trabalham com a educação inclusiva de alguma forma precisam se adaptar às necessidades de todos seus alunos, algo que muitas vezes se torna cansativo, porém a educação é cheia de desafios que devem ser enfrentados e superados.

11) Você acha que é possível fazer acontecer a inclusão escolar? Por quê? E o que é preciso para fazer acontecer?

“Sim. Todos os profissionais trabalhar pensando em todos os seus alunos que não temos um aluno “especial” temos uma turma e que cada um aprende a sua maneira” (Coordenadora X).

O pensamento da educadora é positivo quanto a inclusão escolar.

4.2.2 Professores da Sala de Recursos Multifuncional

Nesta etapa da pesquisa foram entrevistadas as duas professoras do Atendimento Educacional Especializado (AEE) da sala de recursos multifuncional da Escola Municipal Professora Ivete Lourdes Arenhardt. A Professora Y é formada em Pedagogia há mais de 10 anos e trabalha na referida escola há 02 anos. Possui especialização na Educação Especial e atua no AEE há 08 anos. Já a Professora W é formada em Educação Física há 23 anos e habilitada em Braille por uma instituição de Cuiabá. Trabalha na escola local há 04 anos. É especializada em Educação Especial Inclusiva há 07 anos. Contudo há 08 anos trabalha na área da Educação Especial. A entrevista foi realizada na própria sala do AEE, no horário de hora atividade das docentes. Elas preferiram fazer a entrevista juntas uma acrescentando a ideia da outra.

As duas atendem alunos de diversas faixas etárias e até o 6º ano do ensino fundamental. A deficiência mais comum entre eles é a intelectual, ou seja, é quando uma pessoa possui dificuldades para aprender, e realizar tarefas simples que as pessoas “comuns” fazem. E a Síndrome de Down está englobada neste contexto. As professoras atendem 03 Downs na sala de recurso, 02 são atendidos pela Profa. Y no período da manhã, e 01 é atendido pela Profa. W no período da tarde. As educadoras afirmaram a resposta da coordenadora X, no que diz respeito ao atendimento de alunos frequentadores do AEE na sala de recursos, é feito no contra turno, duas vezes por semana sendo 02 horas cada dia.

Vejamos o desenvolver da entrevista:

- 1) Os professores das classes regulares trabalham em equipe com os professores da Sala de Recursos?

Professora Y: “Nada, nada”.

Professora W: “É um ou outro, mas mesmo assim, depende da situação. Se eles estão sendo cobrados vem um dia, aí depois esquece”.

Tais respostas foram contraditórias com a resposta da coordenadora X, já que esta informou que trabalhavam em parcerias com a sala de recursos.

Quando foi feita a presente pergunta às atendentes da sala de recursos, ambas sorriram, perguntaram se deveria responder com sinceridade, pois a parceria com os professores das salas regulares é praticamente inexistente.

O trabalho conjunto entre ambas às partes facilita o desenvolvimento efetivo com o aluno. Bautista (1997, p. 49,50) destaca que precisam existir entre os tais,

(...) uma relação e comunicação permanente que abrange tarefas importantes como: a) cooperação na elaboração das adaptações curriculares e/ou programas de desenvolvimento individual das crianças integradas (...); b) o acompanhamento dos programas das crianças integradas. Na avaliação e seguimento conjunto dos programas ir-se-ão adequando conteúdos, actividades e material de modo a encontrar formas possíveis de aprendizagem e de contactos sociais para todas as crianças da sala (Bautista, 1997,49 - 50).

É importante que os agentes da educação trabalhem unidos, pensando em métodos que irão melhorar o aprendizado do aluno.

- 2) Existe uma interação entre professores, escola e família dos alunos especiais atendidos?

Professora W e Y: “Como nós havíamos respondido antes, é muito difícil termos um trabalho conjunto com o colegiado, já no que diz respeito a interação, apoio dos pais, cada um é cada um, tem pai e mãe que joga o filho aqui e deixa que nós resolvemos, outros vem no início do ano e volta só no final do ano e mesmo se chamarmos não vem, diz que não tem tempo, inclusive com consulta com psicólogos, sempre arrumam uma desculpa. Tudo é mais importante menos o filho. Vamos supor que a cada 100 alunos atendidos, 10 tem a parceria da família”.

Nesta fala, ambas responderam juntas, uma acrescentou a fala da outra, em nenhum momento houve controversas de ideias entre elas.

Nota-se a falha da família na educação dos filhos. Por vezes os pais julgam os professores e a escola como culpados pelo fracasso escolar do filho, e/ou até mesmo jogam a responsabilidade de educar somente para a escola, porém, é comum vermos em nossas escolas pais que não são presentes na educação dos cujos. Como as próprias entrevistadas disseram tudo é mais importante, menos a educação escolar desses indivíduos.

- 3) Quais são as maiores dificuldades enfrentadas neste tipo de atendimento escolar especial?

Professora W: “Bom aqui nosso trabalho é muito sobrecarregado, ao mesmo tempo em que atendemos os alunos, trabalhamos em diversas áreas familiares, as vezes servimos de psicólogos, conselheiros, os pais desabafam todos os problemas conosco. Tem alguns alunos que é preciso ter bastante paciência com eles. É um trabalho muito exaustivo que exige muito de nós. Tem que ter amor, tem que gostar”.

Professora Y: “É como ela disse, é uma área muito exaustiva, você enfrenta diversos tipos de situações, você precisa ter muita dedicação”.

A fala das professoras nos leva-nos a refletir o tamanho da responsabilidade que levam sobre si. Elas não fazem só o papel de educadoras, mas atendem diversas áreas do cotidiano social das famílias e de seus alunos. “uma das características mais interessantes da Educação Inclusiva é que ela deve envolver também as famílias e a comunidade” (GIL 2005, p.25).

- 4) Sobre a educação de alunos com SD, qual é a maior dificuldade enfrentada por eles e por vocês da Sala de Recursos?

Professora W: “A resistência deles em fazer as atividades”.

Professora Y: “Sem sombra de dúvida, a resistência deles com as atividades, conforme o avanço de idade”.

A resistência para não praticar atividades escolares realmente é uma característica peculiar entre os alunos com a Síndrome de Down, e conforme a idade avança mais resistem. Tais crianças são muito espertas quando o assunto é fugir das responsabilidades, por vezes usam estratégias para fugir das tais, e se o professor não tiver um olhar amplo, o aluno acaba conseguindo o que quer.

- 5) Qual é sua opinião sobre a Educação Inclusiva? Você acha que é possível acontecer a Inclusão? O que deve ser feito para que haja Inclusão?

Professora W: “A inclusão não existe. Inclusão, é porque tem que ter inclusão que agora é Lei, tem que incluir o aluno, mas realmente não inclui. Em sala regular o aluno não é incluído. Para nós te darmos um exemplo que não há inclusão: a estagiária sai com o aluno antes, pra lanche, depois vem a profa. com todo mundinho de mãozinhas dadas. Por que, que a estagiária sai antes? Mas na frente da mãe o aluno está sendo incluído e a mãe sai feliz, porque todos falam bem. Mas só que isso não é só na escola pública né, é geral”.

Professora Y: “O movimento da Inclusão permite um convívio, mas continua não desenvolvendo. E assim, você irá ouvir as pessoas falar que a inclusão está sendo um sucesso, mas a deficiência será de um grau mais leve, pessoas surdas, pessoas cegas, não são pessoas com distúrbio neuropsicomotor, não são crianças com distúrbio global de desenvolvimento. Aí fica muito simples a gente dizer que no caso um menino cego que antes não conseguia ler nem escrever agora consegue. É diferente de uma criança que não consegue distinguir o vermelho do amarelo e a mãe vem nos pressionar porque isso não se deve e te impõe regras. Então é complicado dizer pra você que há inclusão, pode haver, mas muito difícil”.

As professoras W e a Y responderam as questões conforme as vivências escolares no dia a dia ao, elas acreditam que é muito difícil falar que há inclusão, para elas a Inclusão está somente nos papéis, ou seja, nas Leis.

Infelizmente não são somente elas que pensam assim, se formos pesquisar em mais escolas encontraremos pessoas com as mesmas opiniões, e na maioria das vezes tal opinião é a mais triste realidade.

4.2.3 Professores da Classe Regular

Nesta etapa, foram entrevistadas 02 professoras de uma aluna Down do 1º ano do Ensino Fundamental da classe regular e a auxiliar da sala que faz o acompanhamento com a criança.

A professora A é formada há 04 anos em Pedagogia, pós-graduada em Psicopedagogia Alfabetização em séries iniciais. Atualmente é professora de Artes, trabalha na escola Professora Ivete Lourdes Arenhardt há 02 anos, porém atua na educação desde que se formou, ou seja, há 04 anos. Tal professora informou que nunca havia trabalhado com alunos Downs, este é o primeiro ano, todavia, tem uma sobrinha Down e em 2015 trabalhou com um Autista.

A professora B é formada em Pedagogia há aproximadamente 26 anos, pós-graduada em Metodologia do Ensino Fundamental e Neuroeducação, é funcionária da referida escola há 08 anos. Trabalha na área da especialização, pois é a alfabetizadora da classe. A mesma comunicou que já possui experiência com alunos Downs, em 2015 já havia dado aula para uma aluna Down e neste ano de 2016 está sendo sua segunda vez, porém com outra Down.

A terceira entrevistada desta classe é a Auxiliar de sala, C, não possui nenhuma graduação, porém está cursando o 4º semestre de Pedagogia, não é especializada, todavia, pretende se especializar na área da Educação Especial. Este ano de 2016 está sendo o segundo de funcionária na escola Professora Ivete. A referida declarou que esta está sendo a primeira experiência com aluno (a) Down, no entanto em 2015 trabalhou no auxílio de um aluno Cego.

Segue a sequencia da entrevista:

1) Como você reagiu ao saber que daria aula para um (a) aluno (a) Down? Por quê?

Professora A: “Normal, uma porque eu já convivia com uma criança Down e outra porque o ano passado eu fui professora de Pré II e eu tinha um Autista na minha sala, aí esse ano foi a fulana, então foi mais fácil de trabalhar”.

Professora B: “No início eu fiquei bastante preocupada, porque na minha primeira experiência não consegui obter o sucesso que eu queria, então eu fiquei preocupada, mas esse ano está sendo mais tranquilo”.

Auxiliar C: “Eu senti insegurança, porque eu nunca havia trabalhado com criança assim, mas, eu encarei e estou gostando, estou apaixonada na verdade, a cada dia eu gosto mais”.

As respostas foram distintas umas das outras. A professora A não ficou temerosa, pelo fato de conviver com uma criança Down na família e de já ter dado aula para um garoto Autista, isso a deixou confiante. Nada obstante, a professora B não ficou tão tranquila ao receber a notícia. A mesma relatou que no ano anterior trabalhou com uma aluna Down só que não obteve o sucesso que queria, deixando-a um pouco frustrada. Segundo ela a referida aluna era muito impulsiva. Aja vista que “a experiência de inclusão para os professores é vista como um grande desafio que pode gerar satisfações assim como muitas frustrações” (MOURA 2011, p.18). Já a auxiliar da classe se sentiu insegura, pois não possuía nenhuma experiência com esse tipo de aluno, mas, no decorrer acabou se apaixonando por tal área.

É compreensível o sentimento que a professora B e a auxiliar C sentiram, pois as responsabilidades e cobranças sobre o desenvolvimento do aluno na maioria das vezes caem sobre o professor, e isso é algo que os deixam preocupados.

- 2) Você recebe algum tipo de qualificação, curso preparatório, para atuar na educação especial?

Professora A: “Não”

Professora B: “Não”

Auxiliar C: “Curso qualificatório não, a gente tem palestras no início do ano, que no final recebemos certificados de hora, mas nada preparatório”.

É notório que a ausência de qualificação do professor inclusivo é algo que faz muita falta para eles e para os alunos, esse é um dos principais pontos que os deixam inseguros em trabalhar com a educação inclusiva. Por mais que estudem sobre os casos, ainda não se sentem preparados o suficiente para atuar na área.

- 3) Você acha difícil trabalhar com esses alunos em classes regulares? Por quê?

Professora A: “Não, eu não acho difícil. Eu acho que a educação teve uma evolução muito boa e a cada dia as escolas e os ambientes são mais proporcionais para receber esse tipo de crianças. E nós professores estamos cada ano que passa, aprendendo e procurando. Por mais que o município não dê um suporte especializado pra gente trabalhar com essas crianças, a gente está sempre procurando, a gente está sempre buscando. E a gente põe eles numa sala de aula e trabalha com eles como se fosse qualquer uma outra criança, dentro da possibilidade de cada um”.

Professora B: “Eu acho difícil em partes, porque por mais que a gente leia e pesquise a gente nunca sabe como agir em algumas situações, então, a gente fica preocupada, às vezes a gente almeja um objetivo com eles e nem sempre a gente chega”.

Auxiliar C: “Eu não vejo dificuldade com a aluna, ela é muito querida, ela é um anjo de pessoa, é muito fácil trabalhar com ela. Eu acho que, o que falta talvez seja um pouco de apoio da casa”.

Nesta pergunta houve três respostas diferentes. A professora A respondeu de forma positiva, para ela não há dificuldades para trabalhar com esses alunos em classes regulares, além do mais, a educação está se evoluindo de forma positiva. Contrapondo com tal pensamento, a entrevistada B alega que em partes acha difícil, pois nem sempre os materiais de estudos ajudam a solucionar determinados problemas, e essa falta de informação por vezes influencia em algum tipo de fracasso, tanto por parte do aluno, como do professor. Por fim, o auxiliar C acredita que a maior dificuldade seja a falta de apoio da família do aluno.

A educação realmente está se evoluindo, existem profissionais preocupados em dar uma educação de qualidades para seus alunos, porém, a falta de qualificação muitas vezes deixa-os de mãos atadas, consequente a isso, a carência de apoio dos pais também contribui para o insucesso escolar do filho.

- 4) Quais são as principais dificuldades encontradas no trabalho com o (a) aluno (a) Down? Por quê?

Professora A: “A comunicação. Porque a minha aluna no momento ela não fala, ela só se expressa. Ela é muito dócil, muito querida, ela gosta muito da minha aula. Eu não sei se ela tem essa mesma emoção na matéria de conteúdo, mas na minha matéria de Artes eu procuro estar próxima dela, tirar a estagiária (auxiliar C), deixar ela se interagir mais com as colegas na sala de aula”.

Professora B: “É essa falta de incentivo, de qualificação, de formação, de respostas as nossas perguntas que a gente encontra com eles no dia-a-dia”.

Auxiliar C: “A principal dificuldade, que eu acho, é a falta de informação, porque se eu fosse uma pessoa qualificada, eu seria muito melhor como auxiliar dela, então, eu ainda tenho que ir atrás da profe. Eu dependo da orientação dela para eu saber o que tenho que fazer com ela”.

A linguagem “é a área que a criança com SD demonstra, em geral, os maiores atrasos” (SCHWARTZMAN 2003, p.62).

Tanto a comunicação quanto a qualificação são essenciais para contribuir com o avanço do aluno com Síndrome de Down, ocasionalmente a falta de comunicação entre ambas

as partes, faz com que o trabalho não seja bem desenvolvido, não me refiro somente a comunicação verbal, mas também ao entendimento entre os sujeitos..

5) O aluno Down já está alfabetizado?

Professora A: “Não, ela está sendo alfabetizada”.

Professora B: “Não. Por mais que seja uma classe de 1º ano, nós ainda estamos preparando ela pra alfabetização. Nós conseguimos vários avanços, mas ainda ela está nesse preparo”.

Auxiliar C: “Não, ela está na fase da alfabetização, mas ainda não está alfabetizada”.

Neste as educadoras revelam que a aluna não está alfabetizada, porém, ela está no percurso da alfabetização.

6) Qual é sua opinião sobre a Educação Inclusiva? Você acha que é possível acontecer a inclusão?

Professora A: “Com certeza. Porque a inclusão é trazer essas crianças com essas especialidades pra perto da convivência das outras crianças. Existe um amor, existe um carinho, que todo mundo ajuda a cuidar, todo mundo ajuda a introduzir eles nessa sociedade. Enquanto muitos os discriminam, na escola a gente os ensina a introduzir eles nessa sociedade, e as crianças que convivem com essas crianças, eles vão passar pros pais, eles vão passar pros irmãos, eles vão passar pras famílias, o amor e o carinho que precisa ter com essas crianças”.

Professora B: “Eu acho importante, porque, que nem no caso da nossa aluna, ela é uma aluna que está sendo preparada agora pra uma fase que ela está agora, então eu acho que deveria ter olhado essa questão das habilidades da criança pra aquela turma que ela está. Eu acho que isso conta muito, ela poderia estar numa classe de infantil ainda, sendo bem preparada, e assim, ela está tendo que passar junto com os outros por uma fase que ela não chegou, ainda. Então esta é a dificuldade que eu encontro”.

Auxiliar C: “Eu acho que a educação inclusiva é importantíssima, acredito na inclusão do aluno, mas, depende do aluno. Tem aluno que eu não acredito que seja incluído, eu acho que tem aluno que não se inclui, porque tem crianças que não tem capacidade de se interagir com outras crianças, que elas estão na sala não vão ler, não vão escrever, não vão brincar como nossa aluna faz, ela se interage com os outros alunos, ela só não fala. Nesse tipo de aluno eu acredito, mas naquele aluno que tem algum tipo de paralisia eu não acho que seja inclusão”.

Nota-se que a B e C consideram a inclusão muito importante para a educação. A professora A acredita que é possível sim, fazer acontecer a inclusão, pois é através da escola

que os alunos aprendem os valores de uma sociedade, aprendem respeitar o próximo e suas diferenças, aprende amá-lo, ajudá-lo e consequentemente passarão esses valores a diante. A auxiliar C crê na inclusão, porém, não daqueles alunos que possuem um nível de déficit mais complexo, como por exemplo, as crianças com paralisia cerebral, estes não se interagem com os de mais, sendo assim, dificulta o desenvolver da inclusão.

“Incluir não é simplesmente levar uma criança com deficiência a frequentar o ensino regular. A inclusão é uma conquista diária para a escola, para a criança e para seus pais. Todo dia é um dia novo na inclusão” (FACION, 2009, p. 203).

7) Qual a sua sugestão para potencializar a política de inclusão do aluno com algum tipo de deficiência?

Professora A: “A sugestão é receber eles com amor, com carinho, tratar eles da mesma maneira que as outras crianças, não olhar pra eles com olhos, que eu vou receber uma criança deficiente, que eu vou receber uma criança que tem problemas, que eu terei que estudar. Não, eu vou aprender. E o professor deve correr atrás para se capacitar cada vez mais nesta área”.

Professora B: “Eu acho que deve ser considerado as habilidades de cada um deles primeiro, e um maior acompanhamento do professor, um preparo para o professor, um amparo para o professor nesses casos, e a auxiliar que estiver com a gente também ter este preparo”.

Auxiliar C: “Preparar os lugares, as escolas, tendo pessoas mais qualificadas para o atendimento, igual pra própria auxiliar mesmo, se a gente tivesse algum curso seria tão bom, seria importante de mais”.

Frias (2008, p. 13) define que:

O desafio colocado aos professores é grande e que parte significativa continua “não preparada” para desenvolver estratégias de ensino diversificado, mas, o aluno com necessidades especiais está na escola, então cabe a cada um, encarar esse desafio de forma a contribuir para que no espaço escolar, aconteçam avanços e transformações, ainda que pequenas, mas que possam propiciar o início de uma inclusão escolar possível (FRIAS 2008, p. 13).

A afirmação de Frias (2008) foi exatamente a ação das educadoras, elas encararam a situação e estão trabalhando da melhor forma possível, a fim de obterem avanços na educação inclusiva da aluna. A falta de capacitação não foi o suficiente para fazerem-nas desistirem da luta pela inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos resultados obtidos pela pesquisa é evidente que apesar dos avanços conquistados no decorrer da história, a educação brasileira inclusiva ainda tem muito, o que percorrer. Existem muitas barreiras que precisam ser derrubadas no processo educacional da criança com Síndrome de Down. As lutas pelo direito da inclusão dos indivíduos deficientes dentro da sociedade são muito antigas, todavia, até hoje, deparamos com pessoas tentando conquistar estes ideais.

Verifica-se, que nem sempre a experiência que os professores têm com alunos Downs permite-lhes que tenham um pensamento mais positivo sobre a temática, pois talvez na prática anterior o professor não tenha conseguido o sucesso que tanto pretendia, ocasionando assim algum tipo de bloqueio, mas por outro lado, alguns se espelham nas experiências que possuem para desenvolver um melhor trabalho inclusivo. Isso depende da filosofia de cada um. Contudo, isto não quer dizer que o professor que foi frustrado ou o professor iniciante neste campo não aceitem a inclusão. Nesta pesquisa vimos que a falta de experiência e capacitação específica não fez com que os educadores desistissem de seus papéis inclusivos, é obvio que durante o caminho enfrentam obstáculos, dúvidas e receios, mas nem por isso deixaram de lutar.

Outro fator que se destaca são as controversas entre as profissionais da sala de recursos e a coordenadora X. Um lado diz que recebe apoio da sala de recursos, já o outro, diz que é muito difícil ter a parceria dos profissionais das classes regulares. A união entre eles é imprescindível, através desta relação há a troca de saberes que permitam solucionar algum tipo de problema educacional com os alunos. Se o profissional da classe regular não é qualificado e não se sente preparado, o apoio do educador da sala de recursos possibilitará que ele desenvolva melhor sua função.

O apoio da família na vida escolar do aluno tal é indispensável, principalmente pelo fato de a família ter a função do principal motivador desta criança. Escola, família e professores, são os grupos mais importantes na vivencia deste aluno para que ele possa se desenvolver, mesmo que seja de forma lenta.

Para Cossales (2011, p.38) e colaboradores:

É indispensável uma família e um corpo docente preparados para a inclusão de crianças com necessidades especiais nas escolas regulares. Porém, é perceptível que há uma falta de preparo e de conhecimento por parte dos professores, os quais na época de sua formação não tiveram a necessidade de aprender, e por isso nunca foram estudar sobre o assunto. Tal atitude evidencia um grande erro, pois nos dias de hoje um aluno especial pode

ingressar em uma escola regular a qualquer momento, e assim exigir um atendimento especializado. Diante dessa situação, é de extrema importância que os professores obtenham instrumentos para atender as necessidades apresentadas pelos seus alunos, isto é, existe a necessidade crescente de mudança e de inclusão (COSSALES *et al*, 2011, p.38).

Mediante as diversas dificuldades que as entrevistadas citaram a que mais se destaca é a falta de qualificação específica. Todas afirmaram que a falta de apoio profissional impossibilita que a inclusão educacional do aluno flua com mais positividade, embora busquem métodos para lhes auxiliar não é o suficiente para realizar um trabalho de qualidade como gostariam e/ou deveriam. É essa falta de qualificação que faz o professor se sentir inseguro diante da educação inclusiva.

Através deste estudo, ficou evidente que o suporte oferecido pelos governantes não é o suficiente para que a Inclusão de alunos deficientes, em foco os Downs, seja bem sucedida. Pois o principal apoio que os profissionais da educação deveriam receber, não lhes é disponibilizado, ou seja, uma qualificação específica para trabalhar com a educação inclusiva nas escolas regulares.

REFERÊNCIAS

BAUTISTA, Rafael. **Necessidades Educativas**. Lisboa: Dinalivro. 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica**. Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001. Disponível no site: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 02 de Abril de 2016.

———. Senado Federal. **Estatuto da pessoa com deficiência- Lei brasileira de inclusão. Nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Autor da Lei, PAIM, Paulo. Brasília, DF, 2015. Disponível no site: <<http://psinaed.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/19/2016/02/Estatuto-da-pessoa-com-defici%C3%Aancia.pdf>>. Acesso em: 10/04/2016.

———. Câmara dos Deputados. **Decreto Nº 5.296, de 2 de Dezembro de 2004**. Brasília, 2004. Disponível no site: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2004/decreto-5296-2-dezembro-2004-534980-norma-actualizada-pe.pdf>>. Acesso em: 29/10/2016.

———. MEC. **Diretrizes operacionais da educação especial para o atendimento educacional especializado na educação básica**. Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2008. Disponível no site: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192>. Acesso em: 29/10/2016.

CODO, Wanderley e GAZZOTTI, Andréa. **Trabalho e Afetividade**. Vozes. 1999, p. 48-59.

CONCEIÇÃO, Glads Silva da. **Inclusão: Uma questão de direito**. 2009. Disponível no site: <<http://www.artigonal.com/educacao-artigos/inclusao-uma-questao-de-direito-860447.html>>. Acessado em 10 de Abril de 2016.

COSSALES, Lisiane Wigert; LOVATO, Miriane Alves; SIQUEIRA, Aline Cardoso. **A inclusão de alunos especiais e suas famílias no ensino regular na perspectiva de professores**. Portal Unisc. Santos Cruz. 2011. Disponível no site: http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/jornada_psicologia/article/download/10185/6. Acesso em: 13/10/2016.

FACION, J. R. **Inclusão escolar e suas implicações**. 2. ed. Curitiba: Ibipex, 2009.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para educação especial**. Série Fundamentos da Educação. - 2. ed rev. e atual. Curitiba: Ibipex, 2011.

FICAGNA, Bernadete. **Educação Especial: Inclusão de educandos especiais Síndrome de Down em salas de ensino regular.** Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Sinop, 2008.

FRIAS, Elzabel Maria Alberton; MENEZES, Maria Christine Berdusco (Orient.). **Inclusão escolar do aluno com Necessidades Educacionais Especiais: Contribuições ao professor do Ensino Regular.** Paraná, 2008. Disponível no site: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-8.pdf>>. Acesso em: 08/10/2016.

GAUTHIER, Clermont e MARTINEAU, Stéphane. **Imagens de sedução na pedagogia. “A sedução como estratégia profissional”.** In: Educação & Sociedade, ano XX, nº 66, Abril/1999. P. 13-54. Disponível no site: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v20n66/v20n66a1.pdf>>. Acesso em: 19/11/2016.

GIL, Marta (coord.); ALQUÉRES, Hubert. **Educação inclusiva: O que o professor tem a ver com isso?** Rede SACI - São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Ashoka Brasil, 2005. Disponível no site: < http://livraria.imprensaoficial.com.br/media/ebooks/12_0.813.161.pdf>. Acesso em: 05/08/2016

MANZINI, Eduardo José. **Entrevista Semi-Estruturada: Análise de objetivos e roteiros.** UNESP - Marília, SP. 2012. Disponível no site: <<http://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2012/03/MANZINI-Jos%C3%A9-Eduardo-Entrevista-semi-estruturada-An%C3%A1lise-de-objetivos-e-de-roteiros.pdf>>. Acesso em: 27/10/2016.

MATOS, Sócrates Bezerra de. *et al.* **Síndrome de Down: Avanços e perspectivas.** In. Rev.Saúde.Com 2007; 3(2): 77-86. Disponível no site: <<http://www.uesb.br/revista/rsc/v3/v3n2a09.pdf>>. Acesso em: 06/10/2016.

MILLS, Nancy Derwood; SCHWARTZMAN, José Salomão (org.). **Síndrome de Down.** – 2. ed. São Paulo: Memnon: Mackenzie, 2003. Cap. XII, p. 232 - 262.

MOURA, Maria Lopes de. **A inclusão de alunos com Síndrome de Down na educação básica do Estado do Paraná.** Trabalho de Conclusão de Curso ao curso de Pedagogia. Universidade Estadual de Londrina. Paraná – Londrina, 2011. Disponível no site: <<http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/MARIANA%20LOPES%20MOURA.pdf>>. Acesso em: 14/10/2016.

POKER, Rosimar Bortolini. **Plano de desenvolvimento individual para o atendimento educacional especializado.** – São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária,

2013. Disponível no site: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/af-livro_9_poker_v7.pdf>. Acesso em 03/07/2016.

SCHWARTZMAN, José Salomão. **Síndrome de Down**. -2.ed. – São Paulo: Memnon: Mackenzie, 2003.

SILVA, Roberta Nascimento Antunes. **A educação especial da criança com Síndrome de Down**. Pedagogia em Foco. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/spdslx07.htm>>. Acesso em: 03/11/2012.

SIQUEIRA, Franciely Gomes dos Santos. **A relação pedagógica do aluno Surdo/deficiente auditivo e o professor na Sala de Recursos em uma escola Pública de Sinop – MT**. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena de Pedagogia. Faculdade de Educação e Linguagem – FAEL. Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Sinop/MT, 2013.

SORRISO. Lei Nº 2.492, de 23 de junho de 2015. **Plano Municipal de Educação (PME)**. Câmara Municipal de Sorriso – MT, 2015. Disponível no site: < http://sorriso.mt.gov.br/uploads/asset/file/7972/PME_TEXTO_FINAL.pdf>. Acesso em: 08/08/2016.

SOUSA, Raimunda de; MILANE, Tatiane de Moura; RODRIGUÊS, Patrícia. **Crianças com Síndrome de Down nas séries iniciais: Passos para a inclusão**. São Paulo, 2012. Disponível no site: <http://famesp.com.br/novosite/wp-content/uploads/2011/12/Artigo_Pedagogia01_nov2012.pdf>. Acesso em 10 de Novembro de 2015.

VOIVODIC, Maria Antonieta M.A. **Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

ANEXOS

A. Entrevista com a Coordenação Pedagógica.

- 1) Qual é sua formação acadêmica? Há quanto tempo trabalha nesta escola?
- 2) Quantos alunos portadores de Necessidades Especiais (com laudos) estudam na escola atualmente? (Autistas, Downs, Surdos, Cegos, Cadeirantes, etc.).
- 3) Quantos alunos Downs estudam na escola? Qual é o ano escolar de cada um?
- 4) A escola funciona até que ano escolar?
- 5) Desde quando funciona a Sala de Recursos na Escola Professora Ivete Lourdes Arenhardt?
- 6) Aproximadamente quantos alunos deficientes já frequentaram a Escola Professora Ivete Lourdes Arenhardt desde a sua inauguração até hoje?
- 7) Quantos profissionais trabalham na Sala de Recursos?
- 8) Como é feita a distribuição das aulas na Sala de Recursos?
- 9) Quantos alunos estão matriculados na sala de Recursos? Até que ano os alunos frequentam a Sala de Recursos?
- 10) Os profissionais que trabalham na Sala de Recursos são especializados na área da Educação Especial?
- 11) Como são selecionados os professores que atuam na Sala de Recursos?
- 12) Você considera que a sala de aula e a escola estão adequadas para receberem alunos com deficiências? Por quê?
- 13) Vocês recebem algum auxílio do governo (prefeitura), para trabalhar com a Educação Inclusiva? Quanto aos professores, eles recebem algum tipo de treinamento para trabalhar com estes alunos?
- 14) Existem professores que rejeitam trabalhar com a Inclusão? Por quê?
- 15) Existem professores que abraçam tal causa? Quais são as motivações?
- 16) Como o professor atua na sala de aula regular para ajudar na educação destes? Eles trabalham com métodos diferenciados?
- 17) A família trabalha em conjunto com a escola na educação dos filhos “especiais”?
- 18) Quanto à educação de alunos com Síndrome de Down, quais são as principais dificuldades com a educação deles? Como vocês enfrentam essas dificuldades?
- 19) Tem sido possível detectar avanços no aprendizado escolar dos alunos Downs atendidos pela escola?

- 20) Em sua opinião, quais são os maiores obstáculos na educação inclusiva?
- 21) Você acha que é possível fazer acontecer a inclusão escolar? Por quê? E o que é preciso para fazer acontecer?

B. Entrevista com as profissionais da Sala de Recursos

- 1) Qual é sua formação acadêmica?
- 2) Há quanto tempo trabalha na escola?
- 3) Há quanto tempo atua na sala de Recurso?
- 4) Quais são as séries e faixa etárias dos alunos atendidos na sala?
- 5) Qual é a deficiência mais comum entre os alunos?
- 6) Quantos alunos Downs (SD) são atendidos em cada período escolar?
- 7) Como é feito o acompanhamento com os alunos?
- 8) Os professores das classes regulares trabalham em equipe com os professores da Sala de Recursos? Um ou outro, dependendo da situação, só quando estão sendo cobrados, mas é muito difícil.
- 9) Quais são as maiores dificuldades enfrentadas neste tipo de atendimento escolar especial?
- 10) Sobre a educação de alunos com SD, qual é a maior dificuldade enfrentada por eles e por vocês da Sala de Recursos?
- 11) Existe uma interação entre professores, escola e família dos alunos especiais atendidos?
- 12) Qual é sua opinião sobre a Educação Inclusiva? Você acha que é possível acontecer a Inclusão? O que deve ser feito para que haja Inclusão?

C. Entrevista com as profissionais da sala de aula regular

- 1) Qual é sua formação acadêmica?
- 2) Possui alguma Especialização? Em qual área?
- 3) Há quanto tempo trabalha nesta escola? Atua na área da especialização? Há quanto tempo?
- 4) Durante o período que está atuando na educação, já havia trabalhado com alunos Downs?
- 5) Como você reagiu ao saber que daria aula para um (a) aluno (a) Down? Por quê?
- 6) Você recebe algum tipo de qualificação, curso preparatório para atuar na educação especial?
- 7) Você acha difícil trabalhar com esses alunos em classes regulares?
- 8) Quais são as principais dificuldades encontradas no trabalho com o (a) aluno (a) Down? Por quê?
- 9) O aluno Down já está alfabetizado?
- 10) Qual é sua opinião sobre a Educação Inclusiva? Você acha que é possível acontecer a inclusão?
- 11) Qual a sua sugestão para potencializar a política de inclusão do aluno com algum tipo de deficiência?